

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**MARIANA FACHIANO NAKANO**

**A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA ‘OFICIAL’:  
UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS SOBRE A IMIGRAÇÃO  
JAPONESA NO BRASIL**

MARÍLIA  
2023

MARIANA FACHIANO NAKANO

**A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA ‘OFICIAL’:**

UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS SOBRE A IMIGRAÇÃO  
JAPONESA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Campus de Marília.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariana Moron Saes Braga

MARÍLIA  
2023

N163c Nakano, Mariana Fachiano  
A construção de uma história 'oficial' : uma análise das contribuições acadêmicas sobre a imigração japonesa no Brasil / Mariana Fachiano Nakano. -- Marília, 2023  
67 p. : tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília  
Orientadora: Mariana Moron Saes Braga

1. Imigração Japonesa. 2. Nipo-brasileiros. 3. Assimilação. 4. Perigo Amarelo. 5. Historiografia. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**MARIANA FACHIANO NAKANO**

**A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA ‘OFICIAL’: UMA ANÁLISE DAS  
CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS SOBRE A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO  
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Relações Internacionais como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Imigração Japonesa, Nipo-brasileiros, Historiografia

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana Moron Saes Braga  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília

---

Frederico Di Palma Xavier Aguiar  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília

---

Luis Fernando de Castro Vascon  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília

Marília, 17 de fevereiro de 2023

*Para minha bá-chan, Elena, que sempre será exemplo da força e coragem da mulher nipo-brasileira.*

*Para todos os amarelos no Brasil, que como eu, cada vez mais reconhecem seus próprios olhos.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Rose e Roberto, que guiaram meus primeiros passos e me ajudaram, de toda forma possível, a percorrer o caminho até aqui. Sem vocês, nada disto seria possível. Espero um dia poder retribuir tudo o que me foi dado, obrigada!

Aos meus irmãos, Daniela e Lucas que, como eu, vivenciam o constante dilema do pertencimento e das dúvidas sobre a identidade nipo-brasileira: divididos entre dois mundos, ora se perdendo, ora se encontrando. Obrigada por serem meus irmãos!

Aos meus amigos e amigas, que me acompanharam durante os anos de graduação, seja de perto ou longe, sempre me apoiando e acreditando em mim. Sem vocês, a minha jornada não teria sido repleta de momentos caóticos e felizes! Muito obrigada!

Não poderia deixar de mencionar uma pessoa extremamente importante nos meus primeiros anos de faculdade e, que sempre estará em meu coração: 'tia' Flávia Clemente (*in memoriam*). Obrigada por tudo!

Agradeço também aos grupos de extensão e estudos que participei ao longo da graduação: Sage – Empresa Jr. de Relações Internacionais, PET-RI (Programa de Educação Tutorial), GEPCI (Grupo de Estudos e Pesquisa em Conflitos Internacionais) e NIIES (Núcleo de Internacionalização de Instituições da Educação Superior); em especial aos professores-coordenadores, José Alberto Poker, Sérgio Aguilar e Noêmia Ramos. Sem a oportunidade de me envolver nestas extensões, jamais possuiria todo o conhecimento e a responsabilidade de hoje. Obrigada!

Agradeço à minha orientadora, Mariana. Grata pela paciência e pelos conselhos dados. Meus sinceros agradecimentos, professora! Aproveito para agradecer também a todos que compõem a UNESP, a todos que defendem a educação pública, gratuita e de qualidade no Brasil.

Aos pesquisadores, autores e estudantes que contribuíram e contribuem para os estudos japoneses no Brasil, expresso minha admiração e gratidão. Espero que o tema continue a crescer e prosperar nas mais diversas áreas do conhecimento.

E por fim, para todos os imigrantes japoneses que cruzaram o mundo, obrigada pelos seus esforços e persistência. Obrigada por me guiarem até aqui.

ありがとうございました！

Cultive a terra  
plantando com suor  
um país de haicais

(Kyoshi Takahama,  
ao despedir-se de seu aluno Nempuku Sato)

trilha forrada de folhas  
sem saber o leste e oeste  
japonês que chega aqui

(Nempuku Sato,  
ao chegar ao Brasil em 1927, continuando o legado  
do haikai de seu mestre, Kyoshi Takahama)

## RESUMO

Ir ao encontro do desconhecido é, sobretudo, um ato de coragem; principalmente quando o destino está do outro lado do mundo. As relações entre Japão e Brasil são historicamente e simbolicamente marcadas pelo fluxo de migração no início do século XX. O presente trabalho recupera a trajetória do migrante japonês desde sua chegada no Brasil, em 1908, e suas vivências na nova terra até o período da Segunda Guerra Mundial, compreendendo o impacto dos momentos históricos e decisivos da época em suas vidas. Paralelamente, investiga-se as narrativas construídas em torno do 'japonês' e da imigração, de modo a entender as perspectivas das pesquisas e obras produzidas acerca do tema, considerando a influência do tempo e espaço na historiografia. Através de pesquisa bibliográfica, o trabalho visa demonstrar a divisão em fases ou gerações historiográficas sobre a imigração japonesa no Brasil, indicando as pautas e conceitos abordados pelos pesquisadores. Observa-se que a construção de uma história 'oficial' da imigração japonesa no Brasil (ou a sua possibilidade) se faz possível por meio da junção de diversos horizontes, desde que não haja uma seletividade narrativa e o enfoque em uma imagem supervalorizada e positiva do imigrante japonês.

Palavras-chave: Imigração japonesa; nipo-brasileiros; assimilação; perigo amarelo; historiografia.



## **ABSTRACT**

### **The Construction of an 'Official' History: an Analysis of the Academic Contributions about the Japanese Immigration in Brazil**

To step into the unknown is above all an act of courage, especially when the destination is on the other side of the World. The relations between Japan and Brazil are historically and symbolically marked by the flow of migration at the beginning of the 20th century. The present work recounts the trajectory of the Japanese migrants since their arrival in Brazil in 1908, and their experiences in that new land until the Second World War period, understanding the impact of the historical and decisive moments of the time in their lives. Alongside this recollection, this study investigates the narratives built around the 'Japanese' figure and the process of immigration in order to understand the perspectives of the research and academic material produced on the subject, considering the influence of time and space on historiography. Through bibliographical research, this work aims to demonstrate the division of the Japanese immigration to Brazil into phases or historiographical generations, indicating the issues and concepts addressed by the researchers. It is observed that the construction of an 'official' history of Japanese immigration in Brazil (or its possibility) is possible through the combination of different horizons, as long as the selective narrative and the overvalued and positive image of the Japanese immigrant is left behind.

Keywords: Japanese immigration; japanese-brazilian identity; yellow peril; assimilation; historiography.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. ENTRE JAPÃO E BRASIL: ORIGENS DO DESLOCAMENTO .....</b>	<b>14</b>
2.1 As raízes do processo emigratório japonês: contextos e pretextos rumo ao Brasil .....	14
2.2 A influência das Teorias Raciais na política imigratória brasileira.....	16
2.3 Tratados e Encontros pré-1908: a solução para os problemas internos do Japão e do Brasil.....	18
2.4 O imigrante japonês no Brasil: As fases da imigração.....	19
2.4.1 A primeira fase da imigração japonesa no Brasil (1908-1924) .....	20
2.4.2 A segunda fase da imigração japonesa no Brasil (1924-1941).....	26
2.5 Os debates da Constituinte de 1934: o perigo amarelo .....	37
<b>3 O IMPACTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NOS IMIGRANTES JAPONESES NO BRASIL.....</b>	<b>41</b>
<b>4 A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA ‘OFICIAL’: UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS SOBRE A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL.....</b>	<b>46</b>
4.1 A primeira geração no âmbito historiográfico: a assimilação japonesa .....	47
4.2 A segunda geração no âmbito historiográfico: a negociação da identidade <i>nikkei</i> .....	52
4.3 A terceira geração no âmbito historiográfico: ‘japonesidades’ e novas perspectivas .....	56
4.4 A reprodução idealizada da imigração japonesa no Brasil: algumas observações .....	59
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>64</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O início do fluxo migratório entre Japão e Brasil advém dos momentos históricos e econômicos de ambos os países, ligados às importantes mudanças políticas da virada do século XIX ao século XX. O Brasil caracterizava-se pelo começo do período republicano, marcado pela recém-abolição da escravidão e pela prosperidade da cultura do café. O Japão, impulsionado pela Restauração Meiji (1868), demonstrava um processo de desenvolvimento acelerado da industrialização, abrindo-se para o ocidente e intensificando as relações exteriores.

No entanto, as profundas mudanças nos países geraram consequências. Ao Brasil, surgia a crescente necessidade de mão de obra nas fazendas cafeeiras e o desejo de maior ocupação do território. Ao Japão, um excesso populacional combinado às questões de acesso à terra exigiam a elaboração de um plano. Entre acordos e relações diplomáticas, Japão e Brasil encontram um no outro uma solução para seus problemas.

Os laços entre as nações foram oficialmente atados há 114 anos, especificamente, no dia 18 de junho de 1908. Ao desembarcarem do navio *Kasato-Maru*, no Porto de Santos, São Paulo, e dispersarem-se pelo país, as 781 pessoas e 165 famílias (IBGE, 2008) não imaginariam os percursos que trilhariam, nem o impacto de suas presenças no Brasil.

Atualmente, cerca de dois milhões de descendentes japoneses vivem no Brasil, representando a maior comunidade *nikkei* – japoneses ou descendentes de japoneses que vivem fora do Japão – do mundo. Em contrapartida, aproximadamente 211 mil brasileiros residem no Japão (DIAS, 2022).

O fluxo migratório entre os dois países, além de ser quantitativamente expressivo, destaca-se por ser significativamente simbólico. A memória dos que vieram transmitida através das gerações ainda se faz recente, carregada de sentimento, como relata José Sterza Justo sobre as marcas da migração:

Tão problemático como ir ao encontro do outro, do diferente, do estranho, é conviver com ele, é deixar o solo natal, o conhecido, o berço que, mesmo impondo alguns sofrimentos, traz a segurança ôntica dada pelo senso de familiaridade e de pertencimento. Sair de onde se têm raízes profundas para habitar outro lugar, completamente diferente, exige muita coragem, determinação, além do difícil reconhecimento das dificuldades ou dos impedimentos para se permanecer e continuar vivendo no solo natal (JUSTO, 2008, p. 106).

Este trabalho busca, no primeiro capítulo, resgatar o trajeto dos migrantes japoneses em direção ao Brasil – em especial ao estado de São Paulo – desde a chegada das primeiras famílias em 1908, até o período da Segunda Guerra Mundial. Apresentam-se as origens e o contexto do deslocamento japonês que atravessou o mundo; o empenho nipônico em aplicar sua política de emigração e a recepção brasileira, considerando as repercussões na sociedade da época. Aborda-se, ainda, como a presença japonesa no Brasil constantemente instigou discussões de cunho étnico-raciais entre a elite, estudiosos e a imprensa.

Tendo a imigração japonesa ao Brasil como um fenômeno, divide-se o fluxo migratório em fases, cada qual com seus cenários e episódios decisivos, a fim de delinear cronologicamente e historicamente as características dos períodos. Os primeiros momentos da vida no Brasil retratam os japoneses nas fazendas de café paulistas, com ênfase nas frustrações do trabalho, no processo de assimilação e da eventual formação de colônias japonesas como melhor oportunidade de prosperar em terras brasileiras.

Ainda no primeiro capítulo, analisa-se a atuação das companhias de colonização como agentes do governo japonês e sua relação direta com o desenvolvimento das colônias japonesas. A imigração, inicialmente temporária, torna-se definitiva devido ao início da ascensão social dos imigrantes baseada, principalmente, na pluricultura e na conquista de pequenas e médias propriedades. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a derrota do Japão, a dinâmica de escalada socioeconômica dos japoneses no Brasil é interrompida e o ambiente próspero se torna hostil, violento e discriminatório. O passar do tempo “normaliza” a vida dos imigrantes e estimula a ida para as grandes cidades, onde investiriam em pequenos comércios e na educação de seus descendentes como forma de ascender socialmente e economicamente.

Em sequência, no segundo capítulo, identificam-se as literaturas acerca do processo de migração japonesa ao Brasil, para que, por meio de um olhar historiográfico, verifique-se os aspectos das narrativas desse fluxo migratório. Através da divisão da historiografia da imigração japonesa no Brasil em três fases ou gerações, esclarecem-se as pautas abordadas, os conceitos introduzidos e a influência do tempo e espaço nas produções acadêmicas.

Diante da exposição da trajetória dos imigrantes nipônicos, a proposta deste trabalho visa desenvolver uma análise da produção acadêmica acerca da imigração

japonesa no Brasil: quem retratou e de que modo a história dos japoneses no Brasil é retratada? Como ela é vista? Existe a possibilidade da construção de uma história “oficial” da imigração japonesa ao Brasil?

De modo a amplificar tais reflexões, o trabalho é realizado através dos métodos de pesquisa de caráter bibliográfico e explicativo, baseado na coleta de materiais e informações bibliográficas de essência multidisciplinar, enaltecendo os diversos autores e áreas de estudos ao longo do percurso da imigração japonesa no Brasil. É essencial sublinhar que a produção de obras e estudos japoneses no Brasil é extensa e ampla, no entanto, este trabalho se faz relevante ao trazer a compreensão historiográfica do tema e ao prezar pela transmissão da história japonesa da forma mais coerente possível.

Por fim, este trabalho procura percorrer o caminho, os contextos e as memórias das vidas japonesas no Brasil, ao mesmo tempo em que investiga pesquisadores e pesquisas que contribuíram para a construção da narrativa japonesa – seja ela de impacto positivo ou negativo. Destaco que um resgate ao passado e às origens de um fenômeno sempre se faz necessário para a construção de novos olhares.

## 2. ENTRE JAPÃO E BRASIL: ORIGENS DO DESLOCAMENTO

### 2.1 As raízes do processo emigratório japonês: contextos e pretextos rumo ao Brasil

A imigração japonesa para o Brasil tem como marco histórico o dia 18 de junho de 1908, data em que as primeiras famílias japonesas chegaram ao porto de Santos, no estado de São Paulo. Entretanto, a narrativa dessa imigração deve ser retomada a partir do final do século XIX, como sugere a antropóloga Célia Sakurai (1998), onde aspectos históricos e políticos significativos ocorrem no Japão, ou seja, onde as origens do deslocamento conduzirão e influenciarão os rumos desta migração em direção ao Brasil.

De acordo com Sakurai (1998), o processo de modernização do Japão, representado pela Restauração Meiji de 1868, despontou através da adoção de políticas como o envio de trabalhadores japoneses para outras regiões do mundo; do incentivo do trabalho temporário no exterior, ou da “[...] anexação e consequente colonização dessas terras, como ocorre na Manchúria e Coréia.” (SAKURAI, 1998, p. 3). Em outras palavras, isto significa que a imigração japonesa para o Brasil é ocasionada a partir desta política.

Pode-se afirmar que o projeto do governo japonês fora iniciado com a promulgação da Lei de Proteção aos Emigrantes de 1896, que converteu a emigração em uma política de Estado (DEZEM, 2008). Ademais, Sakurai (1998, p. 4) pontua a oficialização da emigração através da lei em vigor: “[...] passando os emigrantes a ter uma legislação que os ampara e os defende. Este ponto é central para a compreensão da evolução da trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil.” Mas quais eram os interesses do Japão ao empreender tal “política de expulsão”?

O incentivo da emigração japonesa deriva principalmente de duas razões: da pressão populacional diretamente ligada às complicações do acesso à terra e; a segunda, de caráter internacional, com o intuito de inserir o Japão na economia mundial capitalista ao seguir os padrões de desenvolvimento financeiro e industrial de países ocidentais (SAKURAI, 1998).

Desde o início da sua jornada para a modernização, o Japão procura se diferenciar da China e dos demais países asiáticos, perante os países ocidentais, tratando de dar ao país uma imagem de “nação moderna e civilizada” (YANAGUIDA & ALISAL, 1992: 61). Busca para tanto, inspiração nos países ocidentais para a constituição de seus modelos de desenvolvimento industrial e financeiro, na elaboração de sua Constituição de 1890. Essa adoção de padrões ocidentais é entendida como uma forma de dialogar em condições de igualdade com países como a Grã-Bretanha ou a França. A emigração deveria também passar por um critério de tratamento de igualdade. Desse modo, a saída de japoneses só ocorreria na condição de trabalhadores, com contratos previamente discutidos (SAKURAI, 1998, p. 4).

Embora os esforços e desejos japoneses de acompanhar os modelos ocidentais, e as tentativas de diferenciação em relação aos demais países asiáticos fossem empreendidos nessa jornada pela modernização, “para os países ocidentais, o Japão, é tal como a China, mais um país fornecedor de mão-de-obra” (SAKURAI, 1998, p. 4).

Dessa forma, visto como qualquer outro país asiático através dos olhos do ocidente, Sakurai (1998) ressalta que a presença de imigrantes asiáticos no exterior, principalmente em países onde eram numerosos, passa a ser indesejada devido a ocupação de pequenos nichos econômicos, incômodos à população local.

A reação contra a presença de japoneses no exterior é também decorrente da discussão europeia em torno da questão racial que está em sua plena efervescência. A miscigenação, efeito esperado para populações em contato, é mal vista pelos brancos, especialmente os norte-americanos que segregam espacialmente os japoneses em seu território (SAKURAI, 1998, p. 5).

Os desdobramentos de tais reações e debates raciais chegariam ao Brasil na recém proclamada República em 1889, que acreditava no branqueamento de sua população como “ponto crucial para a conformação da nova nação.” (SAKURAI, 1998, p. 5).

## 2.2 A influência das Teorias Raciais na política imigratória brasileira

A partir dos estudos de Márcia Takeuchi (2008) a respeito da diplomacia brasileira frente à imigração japonesa, é possível compreender as primeiras interações entre Brasil e Japão ao analisar as idealizações e estereótipos existentes em torno dos japoneses.

Na virada do século XIX para o XX, o pouco que se sabia sobre o Japão era através da literatura de viagens produzidas pelos europeus que visitavam o Império do Sol Nascente após a sua reabertura ao Ocidente, em 1854. As referências em torno da misteriosa terra das cerejeiras, das gueixas e samurais fomentaram o fenômeno conhecido como Japonismo. O arquipélago japonês surgia como um território exótico e preservado, sem paralelo no mundo ocidental. [...] Além da face original do império, outras circunstâncias configuraram o imaginário nacional sobre o Japão: o seu isolamento, que proporcionara a homogeneidade política, cultural e racial dos japoneses e, também, a admiração também rápida modernização japonesa, além das vitórias militares japonesas sobre a China (1895) e, principalmente, sobre a Rússia, em 1905 (TAKEUCHI, 2008, p. 100).

Embora Takeuchi (2008, p. 101) aponte que a elite brasileira considerava o Japão como um “alvo de admiração política pelo seu dinâmico progresso em poucas décadas”, sendo um exemplo para o recém regime republicano instaurado, a autora também destaca a presença de ambiguidade quando a possibilidade da mão de obra japonesa no Brasil era mencionada, haja vista que as discussões das teorias raciais discriminavam a entrada de “raças inferiores”, categoria na qual se considerava a raça amarela.

As primeiras décadas do século XX caracterizaram o Brasil como um país de imigração. Após a abolição da escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889, conforme Zélia Lopes da Silva (2008), diversos impasses se apresentariam aos imigrantes nos caminhos em busca da brasilidade.

Os grupos que mereceram maior destaque nas reflexões de historiadores foram os provenientes do continente europeu [...] o entusiasmo das elites passava, igualmente, pelas possibilidades de colocar em prática o tão sonhado branqueamento do país, ilusão acalentada por longas décadas, como a panaceia para resolver a “excessiva” negritude e mestiçagem que caracterizavam o Brasil (SILVA, 2008, p. 41-42).

Portanto, prevalecia a defesa da política migratória baseada no branqueamento da população, fortemente sustentada pelos “sucessivos governos



republicanos, com o argumento da necessidade de braços e da excelente qualificação moral e técnica do trabalhador europeu” (SILVA, 2008, p. 43).

Ademais, Márcia Regina Capelari Naxara (1998 apud PAIVA, 2012, p. 171) realça como as teorias raciais e as avaliações de intelectuais, nacionais e internacionais, acerca do povo brasileiro firmaram a desqualificação do nacional e a exaltação do imigrante europeu. Ao lado dos negros, brancos e não-brancos, Silva (2008) reafirma a condição dos imigrantes como cidadãos republicanos inativos: qualquer incompatibilidade com o padrão europeu, branco e cristão estabelecido como identidade nacional, provavelmente não seria considerado a integrar a população brasileira.

Apesar dos debates carregados de argumentos racistas e preconceituosos, e da “pressão de ordem racial contra a entrada de amarelos no país” (SAKURAI, 1998, p. 6), a combinação de fatores como a crescente necessidade de mão de obra; a alta dos preços do café no mercado internacional e; a reação dos trabalhadores europeus através de jornadas grevistas e protestos, lutando contra as falsas promessas de salários e por condições dignas de trabalho, fez com que a elite brasileira redefinisse seus ideais, ou melhor, suas escolhas. Assim destaca Silva (2008, p. 50), com base nas ideias de Rago (1985) e Hardman (2002):

Nessa reavaliação aparecia a constatação da fraca atração entre os europeus, em relação ao Brasil, se comparado a outros países. E, também, certo desencanto das elites brasileiras com os trabalhadores europeus que haviam chegado ao Brasil, que se mostraram excessivamente rebeldes com suas constantes reivindicações [...] para desagrado de seus patrões, do campo ou da cidade.

Pode-se afirmar que a imigração japonesa para o Brasil nasce neste cenário de instabilidades internas e externas pautado por políticas que buscavam a formulação de uma identidade nacional ‘superior’. Os japoneses, mesmo que apontados como inferiores em relação aos europeus, eram considerados substitutos ‘dóceis’, vistos como “altivos e dispostos a assimilar os conhecimentos de outros povos e culturas” (SILVA, 2008, p. 50).

### 2.3 Tratados e Encontros pré-1908: a solução para os problemas internos do Japão e do Brasil

O interesse brasileiro em firmar tratados com a China, e principalmente, com o Japão (TAKEUCHI, 2008) crescia de acordo com a frequência das discussões brasileiras sobre a implementação da mão de obra japonesa no país. Tendo em vista o contexto brasileiro da época, Kodama e Sakurai (2008) veem a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão, em 1895, como uma forma implícita de demonstrar o interesse e desejo de braços japoneses nas regiões de agricultura no Brasil.

Em relação aos debates raciais, retratados no tópico anterior, estes não chegaram a um consenso e conforme as autoras, muitos representantes do governo brasileiro ainda se mostravam contrários à vinda dos imigrantes japoneses:

Oliveira Lima, que fora ministro plenipotenciário no Japão de 1901 a 1903, objetaria a imigração por crer que ela favorecia “uma maior mistura de raças inferiores na nossa população” (LEÃO, 1990, p. 22). A inassimilação dos japoneses e sua aspiração imperialista eram tidas então como argumentos contra a chamada de braços nipônicos (KODAMA; SAKURAI, 2008, p. 18).

Por outro lado, pelo ponto de vista do governo japonês, o Brasil se tornara um destino e opção mais interessante a partir de dificuldades recorrentes na imigração japonesa para outros países. Essas circunstâncias desfavoráveis para o Japão faziam do Brasil, o maior produtor de café do mundo, “um dos únicos destinos alternativos viáveis naquele momento” (SAKURAI, 1998, p. 6).

[...]o Brasil é um destino que passa a interessar, já que a imigração para os Estados Unidos, Canadá, México, Peru, está se realizando com problemas. Nos anos que precedem à entrada de imigrantes japoneses no Brasil, começam a aparecer severas restrições nos Estados Unidos, Canadá e Havai. No ano de 1908 (ano de entrada dos primeiros japoneses imigrantes no Brasil), os Estados Unidos firmam com o Japão, o *Gentlemen's Agreement*. para evitar a proibição de entrada de trabalhadores japoneses por parte dos Estados Unidos, estabelece-se que é o Japão que proíbe a saída de trabalhadores para aquele país. Apesar disso, as entradas continuam a ocorrer. Em vista do quadro pouco promissor das saídas para o exterior, o governo japonês retoma conversações com os representantes diplomáticos brasileiros para a abertura desta corrente migratória para o Brasil (SAKURAI, 1998, p. 6).

Apesar dos diversos argumentos divergentes em torno da imigração japonesa, a situação de urgência do Japão e do Brasil, somados ao cenário mundial, falava mais alto que as dúvidas e os preconceitos da época.

De acordo com Márcia Takeuchi (2009), a concretização dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil transcorreu a partir de um contrato entre a Companhia Imperial de Emigração (*Kokoku Shokumin Kaisha*) – principal companhia responsável pela vinda dos imigrantes até 1917 (KODAMA; SAKURAI, 2008, p. 18), coordenada por Ryu Mizuno – e o governo de São Paulo, em 6 de novembro de 1907.

A companhia se comprometia a encaminhar para o Brasil três mil agricultores em três anos, em famílias de pelo menos três pessoas capazes para o trabalho, na idade entre 12 e 45 anos. O governo de São Paulo, por sua vez, garantia parte dos custos de transporte, que seriam repartidos com os fazendeiros que receberiam os nipônicos. Posteriormente, os contratantes poderiam descontar dos salários dos colonos essa importância à título de reembolso (TAKEUCHI, 2009, p. 44).

O sistema adotado à época, intitulado como colonato, consistia na participação de todos os membros da família de imigrantes. Quanto mais membros, mais pés de café eram colhidos e conseqüentemente maior era a renda adquirida. Mônica Raisa Schpun (2008, p. 137-138) acrescenta que o tempo médio de duração sistema foi “relativamente curto”, no qual “metade deixou as fazendas de café em menos de cinco anos, mas uma boa parte o fez em menos de dois anos.”

## **2.4 O imigrante japonês no Brasil: As fases da imigração**

Os primeiros imigrantes japoneses chegam ao Brasil em 1908, no navio *Kasato Maru*, desembarcando no porto de Santos (SP): são 781 indivíduos que atravessaram o mundo incentivados não só pelo Estado japonês, mas também pelo desejo de enriquecer e prosperar, com o objetivo final de retornar à sua terra natal com o status de uma pessoa bem-sucedida (KODAMA; SAKURAI, 2008).

De acordo com a obra de Célia Sakurai (1998), pode-se dividir o processo da imigração japonesa ao Brasil em duas fases: a primeira, de 1908 a 1924, é descrita como experimental devido à incerteza do sucesso da inserção dos japoneses no Brasil; e a segunda fase, de 1924 a 1941, é considerada a mais significativa,

demonstrando uma entrada espontânea de imigrantes e a formação de colônias japonesas.

Apesar das divergências, chegam ao Brasil os primeiros navios com imigrantes japoneses, num fluxo descontínuo até 1924, sendo que o maior número ocorre em 1913, com 7.000 entradas. As oscilações nas entradas ocorrem tanto porque emigrantes japoneses continuam indo para os Estados Unidos, como também imigrantes europeus retomam as entradas em São Paulo. Entre 1908 e 1925, entram no Brasil 32.267 imigrantes japoneses, ou cerca de 6.200 famílias (SAKURAI, 1998, p. 8).

Cabe ressaltar que o fluxo de imigrantes japoneses, durante a primeira fase da imigração japonesa ao Brasil, ocorreu intensamente em direção a São Paulo: através da assistência oficial do governo japonês, ao firmar acordos com o Brasil (Kodama e Sakurai, 2008); e na condição dos japoneses como trabalhadores, com contratos pré-estabelecidos (SAKURAI, 1998).

Enquanto isso, a segunda fase traz a chegada de “mais da metade de todos os japoneses que vieram ao Brasil ao longo de quase 90 anos” (SAKURAI, 2000, p. 219); uma imigração em massa estimulada pelas propagandas das companhias de emigração, combinadas àquilo que Sakurai (2000, p. 221) denomina como “tutela” – “Agentes dessas companhias visitam autoridades locais para com a sua ajuda convencerem as pessoas sobre as vantagens da emigração para o Brasil. A tutela ocorre desde o seu local de origem [...] até o destino final.”

#### 2.4.1 A primeira fase da imigração japonesa no Brasil (1908-1924)

Conforme mencionado anteriormente, Sakurai (1998) definiu a primeira fase da imigração japonesa no Brasil como um experimento, haja vista a dubiedade que cercava a introdução dos japoneses nas fazendas de café paulistas. É neste período de “ensaio da imigração” que a antropóloga pôde melhor descrever o sentimento do Japão.

A falta de opções à emigração para outros países, alerta o governo japonês, ao longo dos anos dessa primeira fase, sobre a necessidade de uma política mais efetiva para o seu sucesso no Brasil. Era preciso evitar falhas anteriores ocorridas em outros países, assim como fiscalizar o cumprimento dos contratos com as fazendas paulistas e evitar maus tratos aos imigrantes. Há um esforço do governo japonês para que a emigração para o Brasil continuasse, e com o menor número de problemas. As críticas à presença dos japoneses são prontamente respondidas de maneira a não criar atritos com o governo brasileiro (SAKURAI, 1998, p. 7).

Com a efetivação do contrato entre as companhias de imigração japonesa e os cafeicultores paulistas, as famílias nipônicas que chegam ao Brasil precisam lidar com o novo e estranho ambiente. Partindo da perspectiva das relações de trabalho do imigrante japonês e da história oral como metodologia de pesquisa, Fábio Ocada (2012, p. 83) narra os primeiros caminhos percorridos, do porto às fazendas:

Ao desembarcarem no Porto de Santos, com destino ao trabalho na cafeicultura paulista, as famílias eram encaminhadas em vagões trancados para São Paulo, para a Hospedaria dos Imigrantes, onde se distribuíam segundo seus lugares de origem. Nas noites seguintes, eram novamente embarcadas e levadas às fazendas, concluindo o percurso até as moradias dos colonos, em carros de boi [...].

De encontro com os estudos de Sakurai (2000), Ocada (2012) aborda as suposições construídas pelo senso comum que, equivocadamente, associaram a figura japonesa à “agricultura experiente”, como se estes fossem elos inseparáveis. A realidade do perfil dos imigrantes japoneses, comumente restrita à bolha acadêmica, é demonstrada em pesquisas como a de Sakurai (2000), realizada na Cooperativa Agrícola de Cotia, que identificou boa parcela dos imigrantes como não-agricultores.

[...] [a pesquisa] constatou que o número de agricultores, chefes de família, que efetivamente adentraram o território nacional até o ano de 1962, correspondia a apenas 37,9% do total, concluindo a partir disso que, embora a experiência com o trabalho na agricultura fosse uma das exigências do governo brasileiro, a parcela predominante desses imigrantes já advinha de contextos urbanos; e somente vieram a se tornar agricultores no Brasil (OCADA, 2012, p. 83).

Deste modo, além das dificuldades primordiais enfrentadas pelos colonos como o idioma, a cultura e o clima brasileiros, deve-se considerar também o despreparo e a falta de experiência na lavoura como um fator imprescindível. O professor Tomoo Handa (1980) explica sobre o trabalho exercido e o aprendizado necessário a respeito dos instrumentos básicos no cafezal, dando ênfase à enxada e a sua simbologia para o trabalhador rural japonês.

[...] a enxada é o instrumento mais importante na época da capinação. Seja dito que corresponde à espada do samurai. Por isso, cada um conserva com carinho a enxada de seu uso. Depois de usada, remove-se a terra grudada e lava-se o instrumento. Conforme o caso, deixa-se a cabeça da enxada mergulhada na água, a fim de evitar que a cunha se afrouxe. Torna-se motivo de vaidade dos homens a habilidade na colocação do cabo: é a vaidade de quem tem uma boa arma de guerra (HANDA, 1980, p. 119 apud OCADA, 2012, p. 86).

O “modo de colocar o cabo na enxada” (OCADA, 2012, p. 85), de acordo com Handa (1980), era a primeira lição a ser aprendida no cafezal; aqueles que não soubessem, deveriam pedir ajuda a um fiscal ou outro colono com mais experiência. À vista disso, Ocada (2012, p. 86) amplia o valor dado à enxada por Handa, salientando que a posição do trabalhador japonês nas fazendas representava “a base do processo produtivo, estando assim diretamente ligados à produção.”

Paralelamente, acerca das circunstâncias de convivência e moradia, os colonos japoneses viviam com “residência nas fazendas e relacionavam-se com os fazendeiros mediados pelos administradores; estes, por sua vez, contavam com auxílio de fiscais armados” (OCADA, 2012, p. 86). Tanto o ambiente de trabalho como o de habitação, ligados à vida familiar e social, estavam diretamente entrelaçados e, portanto, vigiados.

Ademais, o autor cita as contribuições de Francisca Isabel Schurig Vieira (1973) ao discorrer sobre o regime de trabalho implementado no cafezal e os dois tipos de contrato existentes: o de quatro anos e outro de seis anos. Em suma, no contrato de quatro anos, cabia ao trabalhador japonês

[...] proceder à plantação, ao alinhamento das mudas e ao cuidado do cafezal durante quatro anos, recebendo, ao expirar o prazo, pelo conjunto dessas atividades cerca de 1.200 a 1.400 réis por pé de café. Além disso, o colono podia praticar culturas intercalares para si, e o café colhido até o quarto ano apenas formalmente lhe pertencia. Nessa modalidade de contratação, muito pouco sobrava aos colonos, que frequentemente se endividavam com seus patrões (OCADA, 2012, p. 93).

No segundo e mais longo contrato, Ocada (2012) ilustra a explicação de Vieira (1973), observando que se destinava aos imigrantes trabalhadores que possuíam algum capital:

O proprietário dava a terra e as sementes, cabendo ao empreiteiro realizar a derrubada, a limpeza do terreno e o plantio do cafezal. No fim dos seis anos, não recebia nenhum pagamento, mas colhia o café durante esse período e usufruía das plantações intercalares. Havia assim a possibilidade de ampliar o capital, segundo a autora. Em ambos os casos, o proprietário exercia uma vigilância constante, fiscalizando os intervalos das covas, o cuidado das plantas e controlando as culturas intercalares (OCADA, 2012, p. 94).

Neste pouco tempo da presença da mão de obra japonesa no Brasil, o autor ainda enfatiza as condições de trabalho impostas nas fazendas de café e as descreve como extremamente severas, ressaltando o sentimento de frustração dos imigrantes:

As queixas dirigiram-se contra o trabalho excessivo, contra a comida, as instalações, as dificuldades de comunicação pelo desconhecimento da língua, o baixo salário [...] nada conheciam do país, a não ser o que lhes fora mostrado pela propaganda aliciadora das companhias de emigração (OCADA, 2012, p. 87).

O cenário insalubre das fazendas paulistas fez com que a realidade fosse escancarada aos colonos japoneses: o sonho do retorno ao Japão e da promessa de grande fortuna em terras brasileiras se mostravam distantes, quase impossíveis. A “desilusão coletiva” dos trabalhadores (OCADA, 2012, p. 87) resultou em fugas noturnas e abandono de seus postos.

A dispersão correu em várias direções. Dos 781 trabalhadores que chegaram no *Kasato Maru* direcionados para o trabalho em cafezais, somente 191 permaneceram nas fazendas ao fim de dois anos. Dentre os que saíram, encontrava-se um grupo de 75 okinawanos que se empregou na construção da Estrada de Ferro Noroeste, inaugurando assentamentos nas regiões abertas pelos trilhos, atingindo Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, onde hoje há uma grande comunidade de nipodscendentes. Outros se dirigiram para o porto de Santos, procurando emprego nas docas ou como empregados domésticos já em 1914, conforme o jornal *A Tribuna*, de Santos, em 22 de março de 1914 (KODAMA; SAKURAI, 2008, p. 19).

Por fim, considerando a extensa literatura existente sobre a imigração japonesa e os anos iniciais desta corrente, observa-se que as incertezas do governo japonês e as preocupações do governo brasileiro se concretizaram, mas não pelo tão debatido argumento da ‘inassimilação’; os tempos de sobrevivência enfrentados pelos imigrantes japoneses foram consequências da política de negligência dos governos, companhias de emigração e cafeicultores envolvidos.

#### 2.4.1.1 A formação de colônias japonesas no interior do estado de São Paulo e a “fome de terra”

De acordo com Kodama e Sakurai (2008), o surgimento de núcleos coloniais passou a ocorrer desde a década de 1910, ainda com o fluxo de imigrantes em direção às fazendas cafeicultoras paulistas em andamento.

Da primeira fase da imigração, é possível verificar que os primeiros núcleos coloniais se irradiavam a partir da Estrada de Ferro Mogiana na zona nova do café de São Paulo. Há indícios de que o primeiro núcleo espontâneo de pequenos agricultores japoneses foi a colônia de Monção, datada de 1911. Porém, as dificuldades no estabelecimento das colônias não foram pequenas. Nas regiões recém-desbravadas, a malária vitimou muitos dos colonos, e suas plantações também sofreram com o enxame de pragas, como ocorreu na colônia fundada por Unpei Hirano, em 1915, na atual região de Cafelândia (KODAMA; SAKURAI, 2008, p. 20).

As autoras apresentam dois fatores decisivos que contribuíram na formação de núcleos coloniais e pequenos proprietários: o primeiro fator a ser considerado é a “dinâmica da expansão de regiões produtoras” e a conseqüente abertura de “novas fronteiras agrícolas em São Paulo” (KODAMA; SAKURAI, 2008, p. 19); já o segundo fator estaria ligado à atuação direta das companhias de emigração japonesas, em especial a Companhia Ultramarina de Empreendimentos, a *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (K.K.K.K), cujo objetivo era “fixar colonos proprietários em terras adquiridas por elas, em acordos de compras ou concessão com o governo do estado” (KODAMA; SAKURAI, 2008, p. 20).

Desta maneira, constata-se diferenças entre as condições de vida dos imigrantes dos núcleos coloniais, que “chegavam como proprietário de glebas das colônias adquiridas previamente no Japão” (SAKURAI, 2000 apud OCADA, p. 92, 2012), e dos primeiros imigrantes inseridos nas fazendas de café, que emigraram do Japão com contratos previamente estabelecidos.

No decorrer do tempo, acrescentam-se as famílias que fugiram do trabalho árduo dos cafezais; Ocada (2012), mencionando os trabalhos de Vieira (1973), descreve “a forma como as famílias japonesas operavam essa transição da condição de imigrante colono à condição de pequeno proprietário de terras” (OCADA, 2012, p. 92):



**Terminado os contratos na cafeicultura, os deslocamentos eram frequentes. Abandonando as fazendas, as famílias dirigiam-se em grande parte para outras fazendas na frente de expansão, em busca de melhores condições de trabalho e terra para o plantio, ou se dispersavam pelas regiões recém desbravadas do Oeste Paulista. Outros se deslocaram para as vizinhanças da cidade de São Paulo, alguns reemigraram, poucos retornaram ao Japão.** Para a grande maioria que permanecia na frente de expansão, vários cursos de ação seriam possíveis após deixarem a condição de colonos: poderiam tornar-se “contratistas” para formar cafezais, prática que se desenvolveu a partir de 1920; poderiam, desde que dispusessem de pequeno capital, tornar-se arrendatários e meeiros; poderiam finalmente adquirir pequenas propriedades; ou ainda dirigir-se rumo às cidades (VIEIRA, 1973 apud OCADA, 2012, p. 94, grifo nosso).

Desde então, a formação e a expansão dos núcleos coloniais japoneses no interior do estado de São Paulo se demonstraram cada vez mais espontâneos, difundindo-se “ao longo das áreas abertas pelas novas estradas de ferro, na zona no roeste, nas regiões da Araraquense, Alta Sorocabana e Alta Paulista” (KODAMA; SAKURAI, 2008, p. 20).

Ao analisar essa primeira modificação de *status* do imigrante japonês no Brasil, de forma abrangente, Sakurai (2000, p. 86) utilizou o termo “fome de terra” para explicar a presença japonesa no país e também para caracterizar a figura do imigrante (OCADA, 2012). Seguindo essa linha de pensamento, a autora ainda ressalta a questão identitária da associação da figura japonesa à agricultura – mencionada anteriormente neste trabalho – e a incorpora com a questão da terra:

Para que o processo possa ser exposto, é preciso enfatizar uma vez mais que não há nenhuma intenção de se generalizar, mas sim, o de descrever um caminho através do qual os japoneses no Brasil montam um conjunto de traços significativos para criarem a sua identidade. **Isto significa que elejo um ângulo que tem identificado os japoneses no Brasil, e a partir daí, verificar como se chegou a ele, e sobretudo, como sobrevive e se transforma. É por esta razão que a questão da terra entra como acionador de um sistema que dá os contornos de um processo de formação de identidade de agricultor aos japoneses** (SAKURAI, 2000, p. 84-85, grifo nosso).

Se por um lado a “fome de terra” representava o alcance de melhores condições de vida e trabalho para os imigrantes japoneses no Brasil, por outro, explicitava o interesse do governo japonês em explorar as vastas terras brasileiras (SAKURAI, 2000). As famílias emigrantes atuavam, portanto, como “intermediárias para a realização desses objetivos” (SAKURAI, 1998, p. 11).

Antes mesmo de quererem trazer imigrantes, os japoneses tinham interesse nas terras que o Brasil possuía em quantidade. Depois é que vêm os imigrantes. “Dêem-nos senhores terras, e nós lhes daremos colonos” é o pensamento-chave para se compreender a equação que trouxe imigrantes japoneses para o Brasil (SAKURAI, 2000, p. 85).

A antropóloga, por fim, enfatiza a motivação do Japão em iniciar e estabelecer relações com o Brasil:

**A ‘fome de terra’ é o elemento que motiva, mas é o potencial econômico dessas terras que impulsiona o governo japonês a investir no Brasil de modo racional, se beneficiando da presença de imigrantes, tal como o fazia em terras onde se mantinha pela conquista militar.** A necessidade japonesa de se firmar como potência econômica leva o seu governo a investir na compra de terras e a introduzir benfeitorias nelas, a fim de produzir para exportar para o Japão. Esse objetivo é alcançado através das colônias que existem desde 1912, portanto, já quatro anos depois da introdução dos primeiros japoneses (SAKURAI, 2000, p. 86, grifo nosso).

De certo, é possível concluir que a busca por terras próprias para cultivo ou a “fome de terra” dos imigrantes japoneses fora estimulada pela desilusão e nocividade do trabalho nas fazendas de café. Consequentemente, na medida em que houve a formação de pequenos núcleos como os de “Iguape, Registro, Promissão, Lins, Suzano entre tantos outros, [que] ajudaram a desenvolver os atuais municípios de São Paulo” (KODAMA; SAKURAI, 2008, p. 21), ficava cada vez mais evidente a fixação japonesa no Brasil, mesmo que os objetivos iniciais visassem uma estadia temporária (KODAMA; SAKURAI, 2008).

#### 2.4.2 A segunda fase da imigração japonesa no Brasil (1924-1941)

Passados dezesseis anos da chegada da primeira leva de imigrantes japoneses no Brasil – majoritariamente destinados às fazendas de café sob contratos pré-estabelecidos – este segundo momento da imigração nipônica traz consigo a formação de trabalhadores assalariados, como produtores independentes; e a entrada espontânea de imigrantes, cujo processo é intermediado, principalmente, pelas companhias de colonização estrangeiras (SAKURAI, 1999).

O período de 1924 a 1941 é o mais significativo da imigração japonesa para o Brasil, pois é a partir deste momento que os subsídios do governo japonês promovem a vinda de novos imigrantes, aumentando as “redes de parentes e

vizinhos que vêm de todas as partes do Japão” (SAKURAI, 1998, p. 10); incluindo locais urbanos como Tóquio e Osaka.

Um outro aspecto substancial apontado pela antropóloga, e a explicação para a vinda de famílias de todos os cantos do Japão, é a continuação da atuação da Companhia Ultramarina de Empreendimentos, a *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (K.K.K.K) e da influência de sua propaganda. O objetivo da companhia era “ir além da emigração” (SAKURAI, 1998, p. 11), isto é, o propósito era operar como uma empresa no Brasil, utilizando as terras do país a fim de “implantar a criação de colônias sob sua supervisão” (SAKURAI, 1998, p. 11).

Em 1917, as companhias de emigração japonesas são todas fundidas na Companhia Ultramarina de Empreendimentos, a *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha*, a K.K.K.K. Ela é uma empresa estatal controlada diretamente pelo governo japonês. É uma expressão da tendência desde a época Meiji, do governo intervir, controlando os principais setores da economia. Em São Paulo, no Peru, Colômbia, Cuba, Filipinas há sedes de suas agências. A K.K.K.K passa a exercer um papel fundamental na segunda fase da imigração no Brasil, no desempenho da função tutelar do governo japonês junto aos seus compatriotas (SAKURAI, 1998, p. 10-11).

Além dos subsídios do governo nipônico e das propagandas da K.K.K.K, é essencial apresentar o contexto político-econômico do Japão da época, haja vista que este também suscitou a impulsão desse fluxo de emigração ao Brasil.

De acordo com a pesquisadora, os japoneses sofriam com a flutuação da economia nacional devido ao “processo acelerado de industrialização em que se encontra[va] o país” (SAKURAI, 1999, p. 221) – característica da Restauração Meiji, que visou compensar o “atraso” japonês na economia mundial capitalista (SAKURAI, 1998).

Partindo desse forte viés econômico, Sakurai (1999) sublinha a iniciativa particular, o interesse e a ação das companhias de emigração e colonização japonesas, descritas como:

[...] empresas privadas fiscalizadas pelo Ministério das Relações Exteriores.  
[...] Sendo privadas, significa que capitalistas japoneses estão interessados em aplicar recursos nesse tipo de empreendimento, havendo, portanto, interesse econômico por trás dessas transações (SAKURAI, 1999, p. 221).

Ao explorar as contribuições de Sakurai (1999) e dos demais autores, é possível reunir os elementos e acontecimentos cruciais desta etapa de “fixação e de

integração dos imigrantes japoneses ao meio social brasileiro” (OCADA, 2012, p. 95).

#### 2.4.2.1 O viés econômico das companhias de colonização e o desenvolvimento de colônias japonesas

Nos tópicos anteriores deste trabalho, constatou-se que o Japão investia no potencial das terras brasileiras e beneficiava-se através das famílias imigrantes japonesas instaladas, com a finalidade de produzir para exportar ao Japão (SAKURAI, 2000). Um dos ângulos propostos por Sakurai (1999) ao englobar a segunda fase da imigração japonesa ao Brasil, é o do viés econômico da imigração, principalmente quando se aborda o desempenho das companhias de emigração e colonização estrangeiras.

Desse modo, considerando, em primeiro lugar, o papel do imigrante e da imigração dentro dessa dimensão econômica capitalista, a antropóloga evidencia e expõe exemplos:

**Se analisada por este ponto de vista, a imigração recebe um tratamento semelhante ao de qualquer negócio; daí os cuidados em torno da negociação dos contratos, dos destinos dos imigrantes.** As passagens, em parte subsidiadas pelo governo, são complementadas pelos interessados, que nem sempre possuem a quantia exigida. Isto dá margem à agiotagem, a empréstimos, à venda de algum patrimônio familiar para complementar a quantia necessária para a viagem da família. **Os transportes, a hospedagem até o porto de saída, a compra das roupas, utensílios que fazem parte da bagagem de cada imigrante, são exemplos de como a imigração movimentava diferentes setores da vida econômica e engendra atividades que movimentam as economias locais e nacional** (SAKURAI, 1999, p. 222-223, grifo nosso).

Em segundo lugar, procedendo dos argumentos da “fome de terra” (SAKURAI, 2000) e da atuação das companhias de emigração e colonização japonesas no cenário da formação dos núcleos coloniais japoneses no Brasil, também abordados no tópico anterior, um exemplo concreto retratado por Sakurai (1999) é o da colônia de Iguape, localizada no estado de São Paulo.

A colônia de Iguape é um exemplo de como as colônias têm cunho eminentemente capitalista, são uma organização que visa lucros. Divide-se entre os núcleos de Registro, Sete Barras e Katsura que somam mais de 75 mil hectares de terra. Nelas se cultivam arroz, café, açúcar, chá. A companhia mantém máquinas de beneficiamento de arroz, usina de açúcar,

posto zootécnico, escola, consultório médico. Além disso é nesses núcleos que se introduz a produção de ovos de bicho da seda no Brasil. Em 1931, 60 famílias se reúnem para formar a Associação de Sericultura de Registro (K K K K, 1934, p. 44 apud SAKURAI, 1999, p. 224).

Um outro excerto da autora reflete ainda a supervisão e o trabalho aplicados pela K.K.K.K, que realça a configuração empresarial da companhia:

A direção da K K K K envia para a região um corpo técnico cuja missão é desenvolver atividades e organizar a vida nas colônias. Assim, por exemplo, é constituída em 1928 uma sociedade cooperativa dos agricultores, a Sociedade de Indústria Animal de Sete Barras, um colégio particular em Registro para ensinar a prática agrícola aos jovens, um serviço sanitário constituído de farmácia e hospital. Como se pode perceber, esse núcleo colonial é organizado de forma a tirar o máximo proveito dos recursos humanos e ambientais, com o claro objetivo de compatibilizar o espírito comunitário com o caráter de empreendimento empresarial com fins lucrativos (SAKURAI, 1999, p. 224).

Em 1927, com a criação da Federação das Associações de Províncias Japonesas (KIRK) no Japão, Chiyoko Mita (1986, p. 28 apud SAKURAI, 1999, p. 226) sinaliza os responsáveis que formaram a diretoria dessa associação: “[...] [o] presidente é o Ministro do Interior japonês, o diretor-superintendente, é um ex-embaixador do Japão no Brasil, o seu secretário é um ex-Cônsul-geral do Japão em São Paulo, e um dos conselheiros é um ex-representante da K.K.K.K.”

Um ano depois, em 1928, destaca-se a fundação da *Brazil Takushoku Kumiai* ou BRATAC – Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. – proveniente de capital japonês, e observa-se quão explícita se torna a política de colonização do governo japonês a partir deste momento (SAKURAI, 1999); houve ainda na década de 1920, o surgimento de “grandes empresas de colonização inglesas, como a *São Paulo Lumber & Colonization* [...]” (OCADA, 2012, p. 96).

A BRATAC consistiu na federação de sociedades de emigração das províncias do Japão e, com sua atuação, grandes extensões de terras de São Paulo e Paraná foram adquiridas pelos japoneses, alojando ali em lotes os novos imigrantes proprietários. Foram assentadas pela empresa as mais importantes colônias dessa fase, Tietê (Pereira Barreto), Bastos e Assaí (Paraná). (KODAMA; SAKURAI, 2008, p. 22).

Assim como a BRATAC, a Federação (KIRK) investiu e adquiriu noventa mil alqueires de terras no estado de São Paulo, no norte do Paraná e em Minas Gerais (SAKURAI, 1999) para promover a entrada e fixação de proprietários-colonos

nessas terras; a maioria dos japoneses eram preparados com cursos de formação de emigrantes ainda no Japão (SAKURAI, 1999, p. 226).

De acordo com a autora, ao mesmo tempo que a chegada de novos imigrantes acontecia, os japoneses vindos anteriores à presença das companhias de colonização, isto é, aqueles contratados para trabalhar nos cafezais, buscavam se tornar agricultores independentes. Para isso, compravam “as terras adquiridas pelo governo japonês, deslocando-se para as colônias, o que preenche do mesmo modo, os objetivos da política de colonização japonesa” (SAKURAI, 1998, p. 13).

A respeito do “sonho do enriquecimento e retorno” do imigrante e dos interesses do governo japonês e das companhias de emigração, Sakurai (1999) identifica que ambos estão em uma relação de descompasso,

Pois afinal, se por um lado o imigrante deseja mais do que nunca enriquecer e voltar para o Japão, a meta das companhias de emigração, é a de fixá-los na nova terra. Não há nenhum interesse do Japão em incentivar qualquer retorno. No entanto, no plano da ação propriamente dita, confluem os esforços no sentido de encontrar opções no mercado brasileiro para o preenchimento dos objetivos de cada parte. **Se fixação/retorno são polos opostos, na trajetória dos imigrantes japoneses eles se coadunam, na medida em que, para fixar, o governo japonês oferece facilidades que são prontamente aproveitadas por aqueles que querem enriquecer e voltar** (SAKURAI, 1999, p. 228, grifo nosso).

Em síntese, Vieira (1973 apud OCADA, 2012, p. 96) pontua que o desenvolvimento do processo de colonização no Brasil ocorreu através da “[...] iniciativa particular, pelos fazendeiros transformados em negociantes e por sociedades colonizadoras nacionais e, sobretudo, estrangeiras, japonesas e inglesas [...]”. Dessa maneira, pode-se afirmar que a aquisição de pequenas propriedades por imigrantes japoneses fora facilitada pelos negociantes: um lado recebia oportunidades de começo e recomeços em terras brasileiras, e o outro, a oportunidade de melhor explorar o mercado brasileiro.

#### 2.4.2.2 A ascensão social dos japoneses na década de 1930 através da mobilidade geográfica

O sociólogo e imigrante japonês Hiroshi Saito (1961, p. 115 apud SAKURAI, 1999, p. 228) propunha uma fórmula que simplificava o plano do imigrante japonês no Brasil: “migração temporária, sucesso rápido e retorno ao país de origem.”

Entretanto, a partir da década de 1930, Sakurai (1999, p. 228) analisa o processo de ascensão social ocorrido em boa parcela das famílias japonesas no estado de São Paulo e adiciona-se à fórmula de Saito a etapa de produção comercial.

Conforme a autora descreve, a independência econômica no núcleo familiar japonês é explicada por diversos fatores. A esta altura, Sakurai (1999, p. 229) ressalta o fato de os imigrantes japoneses já possuírem uma boa reserva de dinheiro e, em termos de contexto, após a crise de 1929, ressalta também a necessidade da economia paulista em “buscar novas opções, além do café, para a sua recuperação.” Deste modo, aponta-se a intromissão do governo nipônico e elucida-se a relação direta do povoamento de São Paulo com as malhas ferroviárias e a expansão e exploração de novas terras, ou seja, uma “conjunção de fatores que explicam em boa parte o processo de ascensão social acelerado dos imigrantes japoneses em São Paulo” (SAKURAI, 1999, p. 229-231).

**Verifica-se, em função dessas mudanças, uma mobilidade geográfica dos japoneses que está diretamente relacionada com a busca de novas oportunidades incentivadas, orientadas e amparadas por representantes de seu país de origem. [...] A história do povoamento do estado de São Paulo até os seus limites com Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná está relacionada com a necessidade de expansão das áreas de cultivo do café e com as ferrovias. As estradas de ferro são abertas em função dos interesses cafeeiros e a partir delas se irradia o povoamento.** Técnicos japoneses percebem a possibilidade de tirar proveito da ferrovia como meio de escoamento da produção, pelo baixo preço das terras ainda inexploradas ao seu redor e pela oportunidade de poderem as áreas pioneiras ser retalhadas em pequenos lotes (SAKURAI, 1999, p. 229, grifo nosso).

A presença do governo japonês durante este processo é demonstrada a partir da ação das companhias colonizadoras; um exemplo dado pela autora é a fundação do Instituto de Prática Agrícola de São Paulo pela K.K.K.K, em 1932, cujo objetivo era preparar e formar instrutores nas atividades agrícolas nas colônias japonesas (SAKURAI, 1999, p. 231).

Paralelamente, um segundo tipo de núcleo é formado por lideranças locais, porém, com um desenvolvimento e ritmo diferentes quando comparado com aqueles planejados pelo governo do Japão (SAKURAI, 1999). Neste caso, as colônias de Hirano e Uetsuka, fundadas em 1915 na região da Estrada de Ferro Noroeste, servem como exemplo para ilustrar as palavras da autora:

Esses núcleos conseguem consolidar-se, sobrevivendo a tentativas e erros, a intempéries, a surtos de malária. São projetos sem um planejamento prévio, baseados apenas num ideal. Por isso, as suas realizações são modestas, menos organizativas da comunidade e também menos rentáveis economicamente (SAKURAI, 1999, p. 231-233).

Um outro tipo de núcleo é o das chamadas “colônias”, informalmente instituídas por imigrantes e suas famílias de “mesma origem provincial, de companheiros de navio, de vizinhos na fazenda de café” (SAKURAI, 1999, p. 233). As famílias compravam ou arrendavam terras próximas para criarem associações, escolas para os filhos, almejando ainda uma conveniência e segurança através dessa união. A antropóloga identifica-as como as mais numerosas, porém com curta permanência das famílias em tais colônias: “pois, quando surgem possibilidades melhores, elas se mudam” (SAKURAI, 1999, p. 233).

As mudanças se efetuam graças à existência de informações que se espalham entre os imigrantes, sobre terras a preços módicos, sobre oportunidades de novos negócios orientadas por técnicos que indicam locais com preços plausíveis para a compra, produtos viáveis à comercialização, seu desenvolvimento técnico, formas de escoamento. Todo esse trabalho é feito com apoio de técnicos enviados pelo Consulado de São Paulo, mesmo nos núcleos coloniais organizados sem planejamento prévio. É uma outra faceta da tutela japonesa (SAKURAI, 1999, p. 233).

Considerando este cenário dos imigrantes japoneses, é possível abordar o modo em que se deu a mudança de percepção dos imigrantes sobre a vida no Brasil, agregando-se uma nova etapa à fórmula de Saito (1961). Como indica Sakurai (1999, p. 233), o Japão da década de 1930 enfrentava crises econômicas, sendo a situação do campo japonês “pouco propício para o enriquecimento se comparada às perspectivas que encontram os imigrantes no Brasil, em São Paulo em particular”; ademais, as condições para possuir terras no Japão eram cada vez mais restritas (SAKURAI, 1999).

Diante dessa comparação, os imigrantes japoneses constatam que possuem maiores chances de ascenderem socialmente no Brasil e, portanto, o país passa a representar um local definitivo. A autora Ruth Cardoso (1995, p. 52 apud SAKURAI, 1999, p. 233) traz um trecho que resume bem este tópico: “A mobilidade geográfica dos sítiantes japoneses nas diversas zonas do Estado é, quase sempre, um meio de conseguir também uma mobilidade social.”



#### 2.4.2.3 A disseminação da cotonicultura nas ‘bocas do sertão paulista’ e a tutela do governo japonês

Após a crise de 1929 e seu profundo impacto no café, a policultura cresceu no estado de São Paulo, recebendo destaque a disseminação e a expansão da cultura do algodão pelos imigrantes japoneses, conforme Schpun (2008). Segundo Sakurai (1999, p. 234), o algodão surgiu “como uma alternativa que se adapta às condições e às demandas do mercado.” Acrescenta Ocada (2012, p. 97) que era uma “planta que exige pouco do solo e, por consequência reduzido custo de produção anual”, logo, o algodão expressava uma cultura praticamente ideal e adequada ao contexto dos sitiantes japoneses da época.

A fim de associar o desenvolvimento comercial da cotonicultura no estado de São Paulo com os imigrantes japoneses, Sakurai (1999, p. 234) apresenta a importância da presença dessas famílias nas chamadas “bocas do sertão paulistas.” Tal termo, de acordo com a antropóloga, indicava as “zonas pioneiras [do estado] ligadas à abertura das estradas de ferro” (SAKURAI, 1999, p. 231).

O início do processo, conforme explica a autora, partia da divisão das “bocas do sertão” em lotes, apontando Cardoso (1995, p. 50 apud SAKURAI, 1999, p. 234) que as terras eram fragmentadas “de acordo com as necessidades das diferentes culturas, permitindo assim um melhor rendimento.” Dessa forma, explicita-se os procedimentos do governo japonês e das companhias de colonização no progresso do algodão pelo estado.

**Nessas áreas, as famílias contam com o auxílio técnico e financeiro japoneses. Primeiro, intermediários orientam os locais para os deslocamentos, depois agrimensores engenheiros se encarregam de estudar a divisão em lotes, agrônomos avaliam as condições de solo e de clima.** As companhias de colonização ou mesmo o governo japonês, por intermédio do consulado em São Paulo, se encarregam de investir na infraestrutura mínima para o início das atividades, percebendo-se uma vez mais um esforço planejado e concentrado para que a produção se efetue com sucesso (SAKURAI, 1999, p. 234, grifo nosso).

A este ponto da história da imigração japonesa no Brasil, procedendo das propostas e contribuições de Saito (1961), Vieira (1973), Sakurai (1999), Takeuchi (2008) e Ocada (2012), entre outros, sabe-se que o governo japonês intervém no que lhe convém. A influência e ação das companhias de colonização direcionadas à cultura do algodão representavam um interesse nipônico relacionado “ao fato de que

há uma indústria têxtil e de fiação japonesa em desenvolvimento desde o último quartel do século XIX” (SAKURAI, 1999, p. 234).

A partir do final da década de 1920, verifica-se um crescimento na exportação de tecidos para os mercados asiáticos, antes fornecedores de matéria-prima para essa indústria. Uma medida protecionista do governo britânico, em 1932, restringe a importação de algodão bruto da Índia, até então a maior fornecedora do produto para o Japão. Havendo a necessidade de buscar outros fornecedores, o Brasil se apresenta como alternativa. Uma missão econômica japonesa vem ao Brasil em 1934 a fim de estudar as possibilidades de importação, “esperando em compensação obter que o Japão aumentasse as suas exportações para o Brasil” (OESP, 10.04 in Vieira, 1973:49 apud SAKURAI, 1999, p. 234).

Decorrendo de tais proveitos, Sakurai (1999, p. 234) menciona a K.K.K.K, a Bratac e a Tozan como companhias de colonização que se voltaram à cotonicultura “[...] fundando casas bancárias com a finalidade de adiantar capital para a compra de terras para os agricultores interessados, uma vez que os bancos nacionais só oferecem financiamentos para a compra de maquinários.” Destaca-se ainda no mesmo ano, a fundação da Sociedade Algodoeira Brasil-Japão Ltda., a Brazcot, cuja função envolvia a instalação de

[...] equipamentos para o beneficiamento do algodão próximos aos locais de produção. Cuida também da importação do algodão brasileiro, investindo no cultivo, no beneficiamento e no escoamento da produção. **Toda a produção das regiões Sorocabana e Paulista é beneficiada nas máquinas da Brazcot; 90% são exportados para o Japão e o restante, vendido para as fiações nacionais** (SAKURAI, 1999, p. 234, grifo nosso).

Assim sendo, a presença de tais missões econômicas japonesas no Brasil, e até a vinda de empresários representativos têxteis patrocinada pela Federação Nacional das Câmaras de Comércio do Japão, instigou a abertura de oportunidades “para a economia paulista e para os imigrantes japoneses em particular” (SAKURAI, 1999, p. 235).

Em relação a termos quantitativos, é necessário realçar a intensidade e peso do trabalho dos imigrantes na cotonicultura: trinta e duas mil famílias, deslocadas da região cafeeira em direção às zonas das estradas de ferro Sorocabana e Paulista, eram responsáveis por 50% do volume de algodão produzido em São Paulo (SAKURAI, 1999).

A dedicação em outras culturas também foi um grande destaque nas mãos das famílias japonesas. É possível observar através da Tabela 1, a porcentagem de

produtos agrícolas produzidos por japoneses no estado de São Paulo durante o ano 1931-1932, e conseqüentemente, o impacto que suas presenças na causaram agricultura paulista.

Desses produtos, a batata é produzida inicialmente na região de Cotia, os casulos de bicho-da-seda na região da Alta Paulista e Noroeste, o chá e a banana no Vale do Ribeira e as verduras nos arredores da cidade de São Paulo, além do algodão e arroz nas regiões acima citadas. Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, portanto, os japoneses estão espalhados pelo estado de São Paulo, iniciando a sua fixação nas regiões vizinhas, especialmente o norte do Paraná, o Triângulo Mineiro e o Mato Grosso do Sul (SAKURAI, 1999, p. 237).

Vale mencionar ainda a implantação do chamado “sistema de cooperativas” na região da capital e nos arredores, exemplificado por Sakurai (1999) pela Cooperativa Agrícola de Cotia – CAC, fundada em 1927, “onde agricultores japoneses independentes se dedicam ao cultivo de hortaliças, de batata e à avicultura.” (SAKURAI, 1999, p. 236). De acordo com a autora, a cooperativa era responsável por comercializar a produção reunida pelos pequenos agricultores, e mesmo que esta fosse organizada pelos próprios imigrantes, o financiamento e o apoio técnico provinham do Consulado japonês (SAKURAI, 1999).

A origem e o caráter da CAC, e de tantas outras cooperativas agrícolas da época, é resumida da seguinte maneira por Schpun:

**Esta forma de associação não foi uma invenção dos imigrantes, mas remete a uma tradição japonesa que atravessava todas as esferas da vida social, e não somente a agricultura ou a atividade econômica. Ainda no Japão, jovens, adultos, idosos, mulheres e homens se encontravam em associações e cooperativas para reunirem-se entre “iguais”, para praticarem atividades precisas, de lazer ou outras, para contarem com uma mediação organizada entre o vilarejo ao qual pertenciam e os poderes públicos regionais ou nacionais. Trata-se de uma prática ancestral que se adaptou bem às novas necessidades enfrentadas no país de imigração.** Se muitos outros elementos culturais, ligados a tradições e costumes caros aos imigrantes, foram abandonados, por não contarem com condições suficientes para sua manutenção e/ou por não responderem às necessidades prementes, a proliferação de associações e cooperativas, por seu lado, foi amplamente adotada e favoreceu coletivamente a vida dos japoneses no Brasil (SCHPUN, 2008, p. 140, grifo nosso).

Tabela 1 - Porcentagem da produção agrícola japonesa no estado de São Paulo (1932)

<b>Produtos</b>	<b>%</b>
Café	5
Arroz	8
Algodão	46
Feijão	5
Milho	4
Batata	14
Casulos de Bicho-da-Seda	57
Chá	75
Banana	11
Verduras	70
<b>PRODUÇÃO TOTAL</b>	<b>29,53</b>

Fonte: Rodrigues de Mello, 1935:47 in CARDOSO, 1995:51 apud SAKURAI, 2000:236.

Observa-se das contribuições de Sakurai (1999) e Schpun (2008), que os imigrantes japoneses se tornam protagonistas paulistas no começo dos anos 1930 ao agir pelas “brechas deixadas pela agricultura monoexportadora do café [e por criarem e desenvolverem] técnicas agrícolas e culturas que não haviam sido previstas, nem desejadas pelos latifundiários.” (SCHPUN, 2008, p. 141). Promovendo não somente sua ascensão social, o imigrante e pequeno produtor do campo – aliado ao financiamento e tutela do governo japonês – fora capaz de agregar à sociedade e economia brasileiras através de suas habilidades agrícolas (SCHPUN, 2008).

Tendo se transformado em característica marcante do grupo, **o talento agrícola, se não foi a maior contribuição que trouxeram, foi sem dúvida a primeira**, se pensarmos na rapidez com que transformaram a seu favor as difíceis condições de vida e de organização do trabalho agrícola enfrentadas inicialmente (SCHPUN, 2008, p. 141, grifo nosso).

Ao longo deste trabalho, é ressaltada a interferência do governo japonês nos assuntos que envolvem seus nativos no Brasil. É fato que suas ações foram movidas por interesses econômicos e pela possibilidade de exploração de novos mercados em terras brasileiras, no entanto, a atuação das companhias de emigração e colonização; do Consulado do Japão no Brasil e; de companhias agrícolas também “favoreceu coletivamente a vida dos japoneses no Brasil” (SCHPUN, 2008, p. 140).

As atitudes, interferências e financiamentos do governo japonês, no decorrer das diversas fases da imigração japonesa no Brasil, foram nomeadas pelo conceito de “imigração tutelada”, elaborado por Sakurai (1998). Segundo a compreensão da autora,

É tutelada, porque é amparada desde o início, por meio de orientações, ajuda e gerência dos representantes do governo japonês. **A imigração japonesa se diferencia das outras que escolhem o Brasil, por se estruturar sobre uma cadeia de relações montada a partir do topo da estrutura estatal japonesa até chegar aos imigrantes no Brasil. O governo japonês, através de seus diferentes ramos e agentes, participa explicitamente do processo de fixação desses imigrantes, para que ele ocorresse com sucesso** (SAKURAI, 1998, p. 12, grifo nosso).

Diante disso, conclui-se que a imigração japonesa para o Brasil fora “dirigida, subsidiada e estimulada por ambas as pontas da corrente: o Japão e o Brasil. Cada país tem os seus interesses próprios, que se coadunam com o momento histórico em que se desenrola.” (SAKURAI, 1998, p. 3).

## 2.5 Os debates da Constituinte de 1934: o perigo amarelo

O começo dos anos 1930 no Brasil, além do recém-impacto da Crise de 1929 na economia cafeeira, é retratado através da Revolução de 1930 e consequente ascensão de Getúlio Vargas ao poder, o que veio a afetar a “direção da política imigratória brasileira de maneira contundente” (SAKURAI, 1998, p. 62). Isto porque no mesmo ano, um decreto-lei abordava a questão da imigração: “Limita a entrada, no território nacional, de passageiros de terceira classe [imigrantes], dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências” (DEMORO, 1960, p. 183 apud SAKURAI, 1998, p. 62-63).

Dessa forma, antes mesmo da eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939 e da participação do Japão no conflito, os imigrantes japoneses no Brasil já enfrentavam períodos polêmicos, o que seria ainda mais acentuado com a Constituinte de 1934. A autora Célia Sakurai (1998, p. 63) descreve esse momento como:

[...] a oportunidade de se verificar o que pontualmente identifica os japoneses diante da elite política do país. Naquela oportunidade, os

argumentos raciais e culturais são acionados para dar corpo a propostas de ordem política concretas, não apenas para o grupo, mas para o Brasil.

Em sua análise são utilizados os discursos de quatro deputados que debatiam a proposta do deputado Miguel Couto em relação a “[...] limitar a entrada de imigrantes em 5% sobre o número dos já estabelecidos no país” (SAKURAI, 1998, p. 63).

Morais de Andrade (São Paulo), Xavier de Oliveira (Ceará), Artur Neiva (Bahia) e Miguel Couto (Rio de Janeiro) são os deputados que se manifestam em torno da presença dos japoneses e debatem a questão das cotas. Moraes de Andrade é a voz dissonante dentro desse grupo. É paulista e advogado de empreendimentos japoneses em São Paulo, como a Sociedade Colonizadora do Brasil Limitada – BRATAC. Por isso, coloca-se numa posição diferente dos outros três deputados, apesar de não ser inteiramente contra a política de cotas. Os outros são inteiramente favoráveis a ela (SAKURAI, 1998, p. 63).

Embora a autora ressalte que o intuito dos deputados não fosse especificamente voltado contra os imigrantes japoneses, mas sim voltados a questões políticas ou econômicas da imigração no Brasil, os argumentos apresentados por eles demonstravam uma contradição ao utilizar do chamado “perigo japonês” ou “perigo amarelo<sup>1</sup>” nos debates. Em sua visão, a ocupação militar do Japão na Manchúria, em 1932, reforçou os “[...] temores do Ocidente diante do militarismo japonês” (SAKURAI, 1998, p. 64), que chegara até o Brasil influenciando nas discussões da Constituinte de 1934.

A partir daí, os países ocidentais colocam explicitamente a inevitabilidade de uma guerra para barrar o expansionismo japonês. **Para isto, montam o argumento do ‘perigo’ a partir da cor (os amarelos), para depois apontarem outros perigos, sobretudo os de ordem econômica. A questão da segurança nacional apontada no contexto da constituinte tem, portanto, raízes dentro de um debate que não estava restrito ao Brasil. A presença dos japoneses em território brasileiro é um alerta para os deputados.** As forças armadas japonesas poderiam entrar com

---

<sup>1</sup> O termo expressava o temor do Ocidente frente a uma “possível expansão japonesa pelo mundo à luz da trajetória do Japão na Ásia” (SAKURAI, 1998, p. 64); “[...] desde pelo menos a década de 1910, o mito do perigo amarelo foi difundido a partir dos Estados Unidos para países sul-americanos como o Brasil e o Peru, que receberam levas de imigrantes dessa origem” (TAKEUCHI, 2009, p. 97). É importante ressaltar que o termo “evoluiu” de acordo com a conveniência daqueles que a utilizavam como argumento. Takeuchi (2009, p. 31) explica como fora inicialmente direcionada aos chineses: “[...] através de argumentos racistas e estereotipados: o perigo amarelo emergia enquanto ameaça de contágio de vícios e doenças, supostamente transmissíveis por indivíduos de origem asiática. Em 1904, com a declaração de guerra entre Japão e Rússia, o termo passa a fazer referência à figura imperialista japonesa, e tal ideia é fixada até o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945 (Takeuchi, 2009).

maior facilidade com a ajuda dos japoneses aqui residentes (SAKURAI, 1998, p. 64, grifo nosso).

De maneira resumida, afirma-se que os “debates na Constituinte se desviam para os problemas nacionais do povoamento, da educação, da saúde pública utilizando exemplos dos japoneses para procurar demonstrar as razões pelas quais são considerados indesejáveis” (SAKURAI, 1998, p. 66). Por fim, o desfecho da Constituinte estabeleceu uma cota de 2% – contra a de 5% proposta por Couto – através de uma votação entre os deputados; conforme a autora, 146 deputados votaram a favor da cota de 2%, e 41 deputados votaram contra (SAKURAI, 1998, p. 66).

Em relação às consequências do debate da Constituinte, Sakurai (1998, p. 66) reforça que a lei de cota estabelecida não fora cumprida com rigor, e que seria essencial destacar “[...] o teor simbólico e a repercussão que teve diante das representações diplomáticas.” Neste quesito, cabe mencionar a reprodução desse episódio na imprensa, principalmente na japonesa, em que a autora traz as descrições de Valdemar Carneiro Leão (1990):

Leão transcreve **diversos trechos de jornais japoneses que ressaltam dois pontos: o primeiro, o de um abalo nas relações de amizade entre os dois países; o segundo, a acusação de que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha pressionaram os deputados brasileiros no sentido de impor as cotas.** É o momento em que o governo brasileiro é rotulado de nacionalista, que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha tiveram um papel decisivo para prejudicar o Japão, e que os japoneses eram vistos como nacionalistas demais para se assimilarem em qualquer parte do mundo, isto de acordo com a análise dos jornais japoneses (SAKURAI, 1998, p. 66-67, grifo nosso).

Paralelamente, alguns jornais brasileiros chegam a acusar o governo japonês por divulgar assuntos internos brasileiros que não deveriam ter sido de conhecimento público. Conforme aponta Sakurai (1998, p. 67): “Hayashi, o Embaixador japonês no Brasil, e o Ministro das Relações Exteriores do Japão, no final, pedem demissão de seus cargos, tamanho foi o impacto da decisão brasileira.”

Os debates acerca da imigração, e conseqüentemente sobre raça, cultura e assimilação, ainda perdurariam pelos próximos anos da década de 1930, alcançando jornais, relatórios técnicos e políticos e as opiniões de intelectuais da época. Portanto, a autora conclui nos seguintes termos:

[...] o imigrante e particularmente os japoneses, são interlocutores passivos dentro de um contexto em que o alvo é o desenvolvimento brasileiro, o seu povoamento, a formação da nação. [...] Raça e cultura são temas que chamam a atenção da opinião pública letrada, mas na realidade, são instrumentos para a discussão mais ampla. Nota-se que são concepções cujas definições são fluidas, marcadas por circunstâncias e épocas. São mais um modus operandi para encaminhar as reflexões sobre o seu lugar no contexto da sociedade (SAKURAI, 1998, p. 70-71).

A partir da eclosão da Segunda Guerra Mundial e do alinhamento do Brasil e do Japão em lados opostos do conflito, tais discussões e conceitos sofreriam mudanças que eventualmente resultariam no reavivamento do 'perigo amarelo' e na validação de medidas e discursos xenofóbicos contra os japoneses residentes no Brasil.



### **3 O IMPACTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NOS IMIGRANTES JAPONESES NO BRASIL**

Conforme apresentado anteriormente, os imigrantes japoneses no Brasil enfrentavam um clima hostil desde a década de 1930, cercados por pautas a respeito de sua etnia e de seu caráter, dado como duvidoso. Os argumentos utilizados em nome do desenvolvimento do país, da economia e da segurança nacional configuraram o contexto político da época, brevemente explicado pelas palavras de Márcia Takeuchi (2009, p. 148):

O Governo Provisório [1930-1934] iniciava a implementação de sua política nacionalista e xenófoba que, encontraria o seu ápice no Estado Novo (1937-1945) e esta situação favoreceria a difusão de obras anti-nipônicas que tinham como tema o 'perigo amarelo' no Brasil.

O alinhamento do Brasil de Vargas aos países Aliados durante a Segunda Guerra Mundial representou graves consequências aos imigrantes japoneses, italianos e alemães que se encontravam em terras brasileiras. O que antes eram debates na Constituinte de 1934 e polêmicas na imprensa, por exemplo, tornaram-se medidas de restrição por parte do governo brasileiro, contrárias aos imigrantes com origem nos países do Eixo. De acordo com Kodama e Sakurai (2008, p. 24):

Em 1939, eram fechadas todas as associações culturais, escolas e jornais em língua estrangeira no Brasil. Com a guerra, passou-se à proibição da entrada de livros em Língua Japonesa, do porte de carteira de motorista para japoneses e, por fim, à suspensão da liberdade de locomoção. Neste ambiente, era interrompida a corrente imigratória japonesa para o Brasil, que só recomeçaria em 1952.

Acrescenta-se às medidas condenatórias aos japoneses a “[...] proibição da compra e venda de propriedades, e a nacionalização de todas as empresas estrangeiras no país [...]” (SAKURAI, 1999, p. 237), o que afetou diretamente no processo de ascensão econômica e social que vinha sendo construído desde a chegada dos imigrantes no Brasil.

Por conseguinte, através de relatos de entrevistados nas contribuições de Ocada (2012), é possível demonstrar a situação violenta e opressiva sofrida pelas famílias imigrantes detentora de terras, com exemplos na cidade de Lins, causadas pela militarização do Estado.

[...] o estudo realizado por Borges (1995), no município de Lins, por determinação do governo, o colégio japonês foi desativado e transformado em instalação do quartel da polícia militar. Em seguida, os policiais passaram nas cidades recolhendo as armas das famílias japonesas, até pontas de facas foram quebradas. **Foi justamente nesse período que o fazendeiro mais comprou sítios dos japoneses nessa região. A ação da polícia integrava-se aos interesses dos grandes latifundiários da região, que, contando com o amparo do Estado e de métodos coercitivos próprios, expulsavam as famílias de suas terras** (OCADA, 2012, p. 100, grifo nosso).

Ainda nessa mesma região, de acordo com o autor e os estudos de Maria Stela Lemos Borges (1995 apud OCADA, 2012), as expulsões dos pequenos proprietários através das forças policiais brasileiras é bem ilustrada pelo processo em que se deu a constituição da Fazenda Reunidas, com sede na cidade de Promissão.

Num cenário antes dominado pela pequena propriedade e pela agricultura comercial e de subsistência, a ampliação do latifúndio impôs a substituição da população local pela criação de gado. Essa transição para o latifúndio implicou o desaparecimento de uma vila próspera – Dinízia, antigo distrito de Promissão –, assim como a expulsão dos sitiantes que habitavam a região, **através de ameaças de morte e do derrubamento das cercas, com o propósito de promover, nas propriedades das famílias, invasões do boi pantaneiro – uma espécie considerada violenta e explosiva [...]. O gado destruía as cercas e as plantações, espalhando medo, representando a própria violência dos grandes proprietários rurais. Ameaçados, os pequenos proprietários, quando não fugiam deixando tudo para trás, vendiam suas terras a preços reduzidos** (OCADA, 2012, p. 101, grifo nosso).

Partindo desses acontecimentos e medidas adversas, os japoneses passavam a ser inimigos da nação, tendo suas colônias vigiadas e cercadas por militares. Em 1941, as relações diplomáticas entre Brasil e Japão são oficialmente cortadas e os representantes diplomáticos japoneses são retirados do país (KODAMA e SAKURAI, 2008, p. 24). A corrente imigratória japonesa é interrompida, desmantelando o sistema de “imigração tutelada”:

**Quebra-se um sistema que estava permitindo aos japoneses, com a ajuda de seu governo, a superação das marcas da desconfiança inicial dos brasileiros, apresentando-se perante a sociedade como grupo que estava contribuindo para o desenvolvimento do país de recepção.** A imigração tutelada do governo japonês teve, assim, uma eficácia não só econômica, mas sobretudo simbólica para os japoneses que escolheram o Brasil como destino (SAKURAI, 1999, p. 237, grifo nosso).

Como resultado das ações do governo brasileiro e japonês perante a Segunda Guerra Mundial, as autoras salientam a condição de isolamento das comunidades japonesas no Brasil e o sentimento de abandono pelo próprio país de origem (KODAMA e SAKURAI, 2008, p. 24). Ocada (2012, p. 103) ainda ressalta a “dissolução das expectativas do retorno à terra natal”, enquanto Sakurai e Kodama (2008) trazem a ideia do retorno ao Japão e a obsessão pela vitória japonesa<sup>2</sup> como um consolo aos imigrantes.

Em vista disso, Takeuchi enfatiza que a existente percepção vulgarizada em relação aos japoneses se exacerbou ao ir de encontro com o “nacionalismo xenóforo do Estado Novo e com o ataque japonês de Pearl Harbor em 17 de dezembro de 1941” (TAKEUCHI, 2009, p. 249). A autora então conclui que não havia um resgate do perigo amarelo, uma vez que este não deixara de existir, mas constantes atualizações e complementos em torno da figura do imigrante japonês.

No pós-guerra, com a derrota japonesa, as discriminações contra os japoneses no Brasil continuariam, e a tensão apenas se evidenciava com as ações de fanatismo da *Shindo Renmei*. O bombardeio nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki em 1945, afetou ainda mais a complicada situação, causando efeitos traumáticos nos imigrantes (KODAMA; SAKURAI, 2008, p. 25).

A imigração do pós-guerra só foi reiniciada oficialmente entre os dois governos em 1963, depois de muitas discussões sobre a viabilidade da reabertura da imigração de japoneses, pois as mesmas questões de cunho racial dos anos 1930 permaneciam como ponto de polêmica. O governo brasileiro só permitiu as novas entradas porque estava firmemente engajado no programa da Organização das Nações Unidas - ONU de acolhimento a refugiados de guerra e no recrutamento de mão-de-obra qualificada entre as populações afetadas pela guerra.

O passar do tempo pôde normalizar a vida dos imigrantes japoneses e suas relações na sociedade brasileira: nota-se que no período de 1950 a 1970 ocorre

---

<sup>2</sup> Conforme Sakurai e Kodama (2008, p. 24-25): “Na onda das informações desencontradas, devido à desconfiança de membros da comunidade frente às notícias veiculadas no Brasil, muitos sustentavam que o Japão havia ganhado a guerra. Parte dos imigrantes, inconformados com as retaliações e exclusões, preferiam manter a crença na invencibilidade do *Dai-Nippon Teikoku* (Grande Império do Japão) exacerbando o sentimento patriótico, calcado na ancestralidade divina do imperador. Tais tensões dariam lugar à divisão entre os vitoristas – *Kachigumi* – e os derrotistas – *Makegumi* – e à sucessão de eventos que contribuíram para aumentar a hostilidade de policiais e de parte da população brasileira contra os *nikkeys*. A derrota japonesa e o bombardeio de Hiroshima e Nagasaki tiveram efeitos traumáticos na já precária situação dos japoneses e seus descendentes, o que acarretou o surgimento do fanatismo manifesto na atuação da *Shindo Renmei* – a Liga do Caminho dos Súditos – sustentado pelos vitoristas.”

uma “estabilização” da comunidade japonesa, principalmente caracterizada pelo deslocamento do campo em direção às cidades – em especial, São Paulo (PIRES, 2017). Na busca de melhores oportunidades e condições de vida após a interrupção da “tutela japonesa” no Brasil (SAKURAI, 2000), em 1958, a população japonesa possuía 49% de seus membros em centros urbanos (SCHPUN, 2008).

Chegando na cidade, os japoneses dedicaram-se, majoritariamente, ao pequeno comércio, onde a família ainda funcionava como unidade econômica. Os que dispunham de mais capital abriram negócios de alimentos, quitandas, avícolas, mercearias de secos e molhados. Os mais humildes tornaram-se tintureiros e feirantes, ramos que acabaram tomando colorações étnicas na cidade. Muitas mulheres trabalhavam como costureiras e cabeleireiras (SCHPUN, 2008, p. 142).

Dessa maneira, o sustento financeiro na cidade baseou-se em ramos variados do comércio e, ainda, na manutenção dos valores culturais japoneses, pois percebe-se o valor dado à educação como uma forma de investimento aos seus filhos e às próximas gerações (SCHPUN, 2008). Para Schpun, esse fator seria a segunda contribuição dos imigrantes à sociedade brasileira – a primeira é representado pela dedicação e criação de técnicas agrícolas<sup>3</sup>.

A explicação tradicionalmente dada ao êxodo rural dos japoneses no Brasil elegeu como motor por excelência, que os teria feito deixar o campo, o desejo generalizado de proporcionar uma melhor educação aos filhos. **Um argumento mais recente indica que as razões teriam sido fundamentalmente de mobilidade social, já que a grande maioria dos imigrantes deixa o campo após a guerra, quando a derrota do Japão impossibilita a manutenção das formas vigentes de apoio aos imigrantes no campo.** Sem tal apoio, e com as cidades crescendo, multiplicando e diversificando as oportunidades oferecidas, a escolha faz-se nesse sentido. **O que não anula a importância dada ao investimento escolar realizado na cidade: as famílias parecem ter realmente apostado na conquista de diplomas como elemento determinante da ascensão social dos filhos** (SCHPUN, 2008, p. 142, grifo nosso).

---

<sup>3</sup> Uma contribuição essencial a ser ressaltada é a atuação da empresa de maquinários e equipamentos agrícolas brasileira, a Jacto, fundada pelo imigrante japonês Shunji Nishimura. Na cidade de Kyoto, Nishimura formou-se como Técnico em Mecânica e pouco tempo depois, em 1932, emigrou para o Brasil. Como grande parte dos imigrantes japoneses no país, trabalhou em uma fazenda cafeeira e lidou com as dificuldades do serviço pesado e pouco lucrativo; abandonou o campo e, em busca de melhores oportunidades, percorreu e viveu em diferentes cidades até se estabelecer em Pompeia, interior do estado de São Paulo. Ao montar uma pequena oficina de consertos gerais, eventualmente Nishimura “[...] era procurado pelos agricultores para consertar suas polvilhadeiras de defensivos, que eram importadas e não tinham assistência na região” (JACTO). Dessa forma, o percurso de Nishimura, do Japão ao Brasil, nos leva à fundação da Jacto em 1948 e aos projetos pioneiros da empresa: a criação da primeira polvilhadeira nacional, no mesmo ano da fundação; e o lançamento da primeira colhedora de café do mundo, em 1979. Observa-se que a vivência de Nishimura na colheita manual do café como imigrante refletiu diretamente nos propósitos da empresa e na motivação em mecanizar e minimizar os esforços do trabalhador rural.

Em um salto temporal, após o desenvolvimento e planos de ascensão social dos imigrantes nas cidades; da presença dos descendentes em universidades e sua eventual inserção nas áreas da sociedade brasileira; dos casamentos “mistos” e do movimento *dekasségui*<sup>4</sup>, cabe ressaltar que a integração ou a identidade nipo-brasileira das gerações mais jovens ainda é um tema a ser melhor compreendido. Desse modo, saliento o estímulo de mais estudos acerca dessas “novas formas identitárias pelas sucessivas gerações de descendentes” (SCHPUN, 2008, p. 147), principalmente no que diz respeito aos filhos “mestiços” e suas experiências de dualidade.

---

<sup>4</sup> Segundo Ocada (2006, p. 23): “Como resultado de um amplo processo de reestruturação mundial do capitalismo, teve início, a partir de meados da década de 1980, a emigração de trabalhadores brasileiros rumo aos países desenvolvidos do globo, como Estados Unidos, Japão e países da Europa.” Dekassegui é um termo que se refere aos trabalhadores brasileiros descendentes de japoneses, que emigram ao Japão: “Trata-se de uma migração seletiva, aberta apenas aos descendentes de imigrantes japoneses (*nikkeis*), que no passado chegaram aos países da América Latina.” (OCADA, 2006, p. 23).

#### 4 A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA ‘OFICIAL’: UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS SOBRE A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

Ao longo de mais de um século, o Brasil recebeu mais de quatro milhões de imigrantes (SAKURAI, 2000), onde trabalharam, se adaptaram e construíram famílias, deixando legados aos seus descendentes. A fim de compreender a trajetória, integração e fixação dos imigrantes japoneses no Brasil, fora essencial recontar a história da imigração japonesa, contextualizando-a em tempo e espaços sociais, destacando os momentos de tensão, polêmicas e contribuições.

Conforme apresentado neste trabalho, a imigração japonesa, quando comparada com outras correntes imigratórias ao Brasil, recebe destaque por ter sido um fenômeno: além de apresentar grande escala demográfica, também surpreendeu pela continuidade de movimento (HOSOKAWA, 2008). Neste caminho, em proporção ao impacto japonês no Brasil, a produção acadêmica acerca do tema é extensa e diversa.

O intuito deste capítulo é analisar o modo em que se considerou a interpretação do percurso dos imigrantes – em direção ao Brasil e já no Brasil – nas pesquisas e literaturas da academia. O ponto de partida é impulsionado pela perspectiva da antropóloga Célia Sakurai (2000, p. 1):

[...] sempre tive uma irritação (confesso) quando fazia leituras sobre os japoneses no Brasil. Via nelas, uma tendência a sobrevalorizar o papel do imigrante japonês. **As ideias de ‘povo unido’, de agricultores exemplares, vistos pelo senso comum, e por outro lado, os próprios japoneses se vendo como vencedores num ambiente totalmente estranho, carregando consigo um tom até épico na reconstituição de sua história. O que me inquietava era a recorrência dessa imagem positiva, quando é sabido que historicamente ela nem sempre foi assim.** (grifo nosso).

Embora suas indagações foquem em entender a constante associação do imigrante japonês à imagem de agricultor por excelência, sua contribuição, assim como a de outros autores, passa por “pontos que problematizam aspectos que a ‘história oficial’ coloca como definitivas [...]” (SAKURAI, 2000, p. 3).

A fim de analisar as pesquisas e os pesquisadores que abordaram e abordam a imigração japonesa no Brasil, propõe-se um olhar historiográfico em direção ao tema com o objetivo de mostrar que a seleção de fatores a serem considerados na

história da imigração implica na construção de uma determinada imagem do imigrante japonês – que neste caso, foi constantemente associada a narrativas positivas.

#### **4.1 A primeira geração no âmbito historiográfico: a assimilação japonesa**

Para melhor explorar a observação da tendência de supervalorização do papel do imigrante japonês e, conseqüentemente, da recorrência de sua imagem positiva (SAKURAI, 2000), os delineamentos de Luana Martina Magalhães Ueno<sup>5</sup> e Leonardo Henrique Luiz<sup>6</sup> (2021) sobre o campo historiográfico da imigração japonesa são fundamentais. Acrescenta-se ao diálogo, as palavras dos próprios autores analisados e os olhares de diversos pesquisadores que se dedicaram aos estudos historiográficos da imigração japonesa.

Primeiramente, os autores definem o termo “campo historiográfico” como um “espaço formado por diversas autoridades que buscaram entender o processo de imigração por intermédio de conceitos como: aculturação, assimilação, identidade negociada e ‘japonesidades’.” (UENO; LUIZ, 2021, p. 1). Desse modo, divide-se este campo em três fases ou gerações de acordo com a época, conceitos e questões abordadas nos trabalhos que envolvem a imigração japonesa no Brasil.

De acordo com os autores, a primeira fase engloba os anos da década de 1930, sendo mais solidificada a partir dos anos 1940, e trabalha, principalmente, em torno dos conceitos de “aculturação e assimilação” (UENO; LUIZ, 2021).

Ricardo Sorgon Pires (2017), referenciando Saito (1973), aponta que os primeiros ensaios debatiam a presença japonesa no Brasil, centrados na “viabilidade de se utilizar os japoneses como mão de obra agrícola e dos efeitos que a ‘raça amarela’ poderia causar na cultura e na sociedade brasileira.” (PIRES, 2017, p. 2). Diante da polarização das discussões desses ensaios, destacam-se os textos de Edgard Roquette-Pinto e Oliveira Vianna, ambos intelectuais defensores do movimento eugenista no Brasil, mas que divergiam nos debates em relação à restrição da entrada de ‘imigrantes indesejáveis’ no país, especialmente na questão da imigração japonesa.

---

<sup>5</sup> Luana Martina Magalhães Ueno é mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); graduanda em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

<sup>6</sup> Leonardo Henrique Luiz é doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Para o antropólogo Roquette-Pinto, os critérios raciais não deveriam ser levados em consideração na questão da imigração, assim como a mestiçagem não devia ser apontada como um motivo das mazelas gerais do Brasil (DE SÁ; LIMA, 2008 apud HOFBAUER, 2009). Por outro lado, Vianna se mostrava contra a imigração, sendo conhecido nos estudos japoneses por sua frase marcante: “o japonês é como o enxofre: insolúvel.” (VIANNA, 1934, p. 209 apud UENO; LUIZ, 2021, p. 1).

Rumo à solidificação da primeira fase, conforme pontua Jader Tadeu Fantin (2017), a chegada de imigrantes em massa na década de 1930, combinada à localização e influência de São Paulo, causou um “movimento para tentar compreender e dirigir as mudanças pelas quais o Brasil passava.” (FANTIN, 2017, p. 67). Neste contexto, funda-se a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP)<sup>7</sup> – instituição universitária paulista criada em 1933 e atualmente intitulada de Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

**Compreendemos que as bases dessa primeira fase dos estudos da imigração japonesa surgiram dentro da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), principalmente por volta da década de 1940, de maneira mais específica o artigo Casas e Túmulos Japoneses no Vale da Ribeira (1941) de Willems e Baldus, pesquisadores ligados à Sociologia e Antropologia, sendo um importante indício de como o tema começou a ser abordado academicamente. Ambos os pesquisadores se dedicaram a estudar as mudanças culturais no Brasil utilizando o conceito de aculturação.** No texto em questão buscam descrever o estilo arquitetônico das casas e dos túmulos no Vale da Ribeira, especialmente em Registro e Jipuvura, ressaltando os elementos que indicavam a aculturação e as influências dos japoneses no Brasil (UENO; LUIZ, 2021, p. 3, grifo nosso).

Nesse sentido, observa-se que o pilar da primeira fase parte inicialmente de temas que circundavam os japoneses, como foi o caso de Emilio Willems<sup>8</sup> e Herbert

---

<sup>7</sup> De acordo com Aline de Sá Cotrim e Marcos Chor (2021, p. 209), a criação da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) fora inspirada na Escola Socióloga de Chicago e idealizada através do apoio de intelectuais e empresários “em um contexto que se buscava a realização de pesquisas que resultassem em sugestões para superar os problemas sociais, para se alcançar a modernização do aparato estatal e para encontrar alternativas econômica, social e política.” Por volta das décadas de 1930 e 1940, com a contratação do professor Donald Pierson na ELSP, os estudos baseados na Escola Socióloga de Chicago chegam com maior impacto no país e observa-se sua influência nos estudos brasileiros, haja vista que as pesquisas de Chicago abordavam “os problemas da urbanização e da diversidade étnico-racial [que] se voltavam para os temas da integração e imigração, sobretudo com a adaptação dos imigrantes europeus à sociedade norte-americana” (EUFRÁSIO, 1999; VALLADARES, 2005 apud COTRIM; MAIO, 2021).

<sup>8</sup> Emilio Willems (1905-1997) era sociólogo e imigrante alemão no Brasil, mais especificamente, residia no interior de Santa Catarina desde 1931. Atuou como professor em escolas secundárias nos primeiros anos e ao longo do tempo e de conexões chegou até São Paulo, participando da Sociedade



Baldus<sup>9</sup> (1941), que através de “[...] atividades docentes e estudos embasados na teoria da aculturação formaram as bases para as primeiras pesquisas acadêmicas sobre a imigração japonesa.” (UENO; LUIZ, 2021, p. 3).

O aprofundamento dos estudos japoneses no Brasil ocorreria, de fato, com os trabalhos de Hiroshi Saito, imigrante japonês e importante figura da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), que se tornaria “um dos pioneiros no Brasil com os estudos sobre a integração dos imigrantes japoneses e seus descendentes à sociedade brasileira” (FANTIN, 2017, p. 66). Como seguidor de Emilio Willems e Donald Pierson<sup>10</sup>, Ueno e Luiz (2021, p. 4) também destacam a sua influência:

Além disso, **sugerimos que parte significativa do desenvolvido dessa primeira fase da historiografia da imigração foi aglutinada em torno de Saito.** Tanto suas pesquisas como sua dissertação, que analisa a Cooperativa Agrícola de Cotia (SAITO, 1964), expressaram três aspectos relativos à construção dessa primeira fase: 1- A institucionalização das pesquisas sobre a imigração japonesa dentro das Ciências Sociais; 2- A argumentação do protagonismo das cooperativas agrícolas dos imigrantes no desenvolvimento do país; 3- A relevância dos fatores sociais para se compreender a realidade social dos imigrantes. (grifo nosso).

As principais características da escrita de Saito, segundo Fantin (2017) e Aline de Sá Cotrim (2020), são expressas através do uso de sua própria história pessoal como motivação intelectual: observa-se em suas obras a preocupação em compreender o processo de assimilação dos japoneses; a influência da adaptação

---

Brasileira de Sociologia, fundada em 1937. Em 1941 tornou-se docente da disciplina de Antropologia na Universidade de São Paulo (USP) e logo depois fora convidado por Pierson a lecionar “Antropologia e Sociologia na pós-graduação em Ciências Sociais da instituição” (SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA). Pode-se afirmar que sua condição de imigrante influenciou diretamente suas pesquisas e obras que versaram principalmente sobre os temas de assimilação e aculturação de imigrantes.

<sup>9</sup> Herbert Baldus (1899-1970) era um antropólogo e etnólogo alemão que se mudou para São Paulo em 1923, despertando um grande interesse pelos estudos que versavam as sociedades indígenas brasileiras. Em 1928, retorna à Alemanha para concluir seus estudos em Etnologia e também finaliza seu doutorado em Filosofia, retornando definitivamente ao Brasil em 1933. Baldus acumulou experiência nas diversas pesquisas etnológicas realizadas e em 1939 assume a cadeira de Etnologia Brasileira na ELSP. Ao lado de Willems e dos alunos da ELSP, “dirigiu-se ao vale do Ribeira de Iguape, no Estado de São Paulo, para estudar as manifestações socioculturais, em especial a mudança cultural, no grupo de imigrantes japoneses estabelecido nesta área” (SAMPAIO-SILVA, 1992, p. 94).

<sup>10</sup> Donald Pierson (1900-1955) era sociólogo estado-unidense e chega a Salvador, Bahia, em 1935, para continuar seus estudos de relações raciais no Brasil e defender sua tese de doutorado pela Universidade de Chicago. Em 1939, Pierson é convidado a atuar na ELSP e traz consigo a ‘tradição acadêmica americana’ – “pesquisas etnográficas em grupo, possibilidade de realização de cursos de pós-graduações no exterior, publicações em revistas e livros, criação de uma revista científica e financiamentos para investigações” – ao criar um programa pioneiro de pós-graduação no Brasil (COTRIM; MAIO, 2021, p. 209). Adiciona-se o trecho de Cotrim (2016, p. 30-31), que caracteriza as pesquisas e os estímulos de Pierson: “tinha como preocupação fundamental ‘a fidelidade máxima à realidade empírica, à precisão e ao rigor na observação e descrição de fenômenos.’”

do imigrante em sua “mobilidade social, espacial e ocupacional” (COTRIM, 2020, p. 35), que comprovaria a assimilação japonesa; a ênfase nos aspectos positivos da presença nipônica no Brasil e, enfim, sua posição contrária aos discursos anti-nipônicos.

Além dos trabalhos de Saito, Pires (2017) salienta a vinda de pesquisadores japoneses ao Brasil na década de 1950, com o propósito de estudar os emigrantes de seu país:

Dentre eles, **o antropólogo Seiichi Izumi**, que, juntamente com uma equipe de geógrafos, sociólogos, bem como com a participação de Hiroshi Saito, **realizou pesquisas de campo com a comunidade nipo-brasileira, notadamente o levantamento de dados socioeconômicos. Outro pesquisador japonês de destaque foi Teiti Suzuki que, juntamente com sua equipe, elaborou um grande recenseamento de toda a população de origem japonesa no Brasil, produzindo um excelente material quantitativo (Suzuki, 1969) que foi, e ainda é, de suma importância para pesquisas dedicadas à atividade econômica, à mobilidade social e ao deslocamento regional desses imigrantes** (TANIGUTI, 2014 apud PIRES, 2017, p. 3-4, grifo nosso).

Em sequência, é possível evidenciar as contribuições de Ruth Cardoso<sup>11</sup>, Francisca Vieira<sup>12</sup> e de Célia Sakurai nos estudos japoneses, autoras amplamente mencionadas e referenciadas ao longo deste trabalho. No caso de Cardoso (1995), ao analisar a assimilação e integração através da noção de mobilidade social, ou seja, “buscando explicar as mudanças culturais por intermédio das características da sociedade e do seu desenvolvimento socioeconômico” (UENO; LUIZ, 2021, p. 7), sua abordagem fora tida pelos autores como um “modelo distinto de análise.”

---

<sup>11</sup> Ruth Côrrea Leite Cardoso (1930-2008) foi professora, antropóloga, pesquisadora e ex-primeira-dama do Brasil, esposa do 34º presidente Fernando Henrique Cardoso. Formou-se em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), onde também realizou o Mestrado em Sociologia com a dissertação ‘O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses’ (1959); e o Doutorado em Ciências Sociais com a tese ‘Estrutura Familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo’ (1972). Além de se dedicar à pesquisa e aos estudos da imigração japonesa no Brasil, Cardoso, como primeira-dama, atuou fortemente na “elaboração de programas de fortalecimento da sociedade civil e de promoção do desenvolvimento social” (FUNDAÇÃO FHC).

<sup>12</sup> Francisca Isabel Schurig Vieira Keller (1935-1981) foi professora, antropóloga, graduada em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae” da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestre em Antropologia Social pela *King’s College University of Durham* e Doutora em Ciências (Antropologia) pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), orientada pelo sociólogo Florestan Fernandes. De 1963 a 1968 atuou como professora de Antropologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (FAFI, que em 1976 fora incorporada à UNESP de Marília, a Faculdade de Filosofia e Ciências). A maior parte de sua vida profissional se deu no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em que “ajudou a fundar e consolidar como instituição modelo de pós-graduação” (SEYFERTH, 1982).

A respeito das obras de Vieira (1973), em especial ‘O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília – São Paulo’, constata-se o uso de entrevistas e testemunhos de imigrantes no município de Marília, como visto na obra de Ocada (2012), e a dedicação em retratar tópicos de “relações inter-raciais, a socialização, a identidade étnica, o grupo étnico e a fronteira étnica.” (UENO; LUIZ, 2021, p. 7).

Neste momento, os autores ressaltam o foco de sua pesquisa, e paralelamente, identificam em Vieira um caráter transicional, isto é, da mudança de uma fase para a outra.

**Aqui começou a se formular a conceituação de identidade étnica, portanto defendemos que Vieira pertence a uma transição da primeira para a segunda fase, uma vez que ele não se utiliza mais da teoria da assimilação, passando a conceituá-la como “identidade étnica.”** Contudo, a autora ainda analisava a absorção e integração dos imigrantes à sociedade brasileira partindo da perspectiva do grupo de Fernandes, inserindo a ascensão dos *nikkeis* dentro do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. [...] **Em seu livro O japonês na frente da expansão paulista (1973), resultado de uma pesquisa realizada em Marília, entre os anos de 1964 e 1966, focaliza a natureza da composição do grupo étnico japonês e o processo de institucionalização do comportamento dos nikkeis. Analisa, principalmente, as transformações ocorridas no seio familiar, investigando os mecanismos de absorção através, por exemplo, dos casamentos Inter étnicos.** Como apontado, Vieira desenvolveu em suas pesquisas a conceituação de identidade étnica, porém, colocada como um instrumento de comunicação com a sociedade brasileira (UENO; LUIZ, 2021, p. 8, grifo nosso).

Por fim, as contribuições da antropóloga Célia Sakurai<sup>13</sup> também se enquadram neste processo de transição entre primeira e segunda fase. Segundo Ueno e Luiz (2021, p. 11), a antropóloga “parte da perspectiva da fixação” e das críticas a uma “história oficial” baseada em uma narrativa positiva sobre a trajetória

---

<sup>13</sup> Célia Sakurai é Mestre em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É pesquisadora e especialista em História da Imigração Japonesa no Brasil, autora de diversas obras como ‘Romanceiro da Imigração Japonesa’ (1993), ‘Imigração e Política’ (1995), ‘Imigração Tutelada: Os japoneses no Brasil’ (2000 – tese de doutorado), e ‘Os Japoneses’ (2007). Sakurai é filha de pai imigrante japonês, vindo ao Brasil aos seus 10 anos de idade, e considera sua trajetória familiar diferente quando comparada com as famílias de origem japonesa no Brasil: “desde sempre, meu pai me criou como sendo brasileira, sempre insistiu nesse ponto ‘você é nascida no Brasil, você e sua irmã são brasileiras’; [...] meu pai chegou no Brasil e foi matriculado [em turmas escolares] de crianças menores e sofreu muito *bullying* por não saber falar Português, foi praticamente um problema que perdurou a vida toda dele [...] me lembro perfeitamente, uma memória que tenho da minha infância, do meu pai pegando o Jornal do Estado de São Paulo e editoriais e falando: ‘você têm que ler o jornal’ [...] por várias vezes, pegava o meu pai com o dicionário do lado, para tentar entender o que de fato estava escrito ali.” (informação verbal de Célia Sakurai para o canal do YouTube ‘Quem Somos Nós?’, em 18 fev. de 2021).

dos japoneses no Brasil (SAKURAI, 2000) – a qual remete à proposta na introdução deste capítulo. Deste modo, é essencial evidenciar um dos principais trabalhos de Sakurai utilizados na composição e construção deste trabalho: a tese ‘Imigração tutelada. Os japoneses no Brasil’ (2000).

Dessa forma, em seus trabalhos notamos que Sakurai concentra-se: na construção da etnicidade do grupo; a identidade étnica e a questão da identidade dos descendentes; a alteridade; a fixação, os motivos pelos quais os imigrantes fixaram-se na agricultura, relacionando os contextos, “[...] os momentos com os quais estavam trabalhando, numa perspectiva de procurar entender aquilo que estava ocorrendo no Brasil, no Japão, no Estado de São Paulo especificamente, e também dentro do próprio grupo” (SAKURAI, 2000, p. 1); e a questão da mulher e a família, como exposto anteriormente. Sendo assim, conjecturamos que Sakurai é uma pesquisadora que pertence a primeira fase, mas, similarmemente, distanciou-se das características gerais e apropriou-se de outras conceituações e teorias nos estudos sobre a imigração japonesa [...]. (UENO; LUIZ, 2021, p. 12).

Portanto, é possível compreender que a “primeira geração” de pesquisadores da imigração japonesa no Brasil têm boa parte de suas origens na sociologia de Saito, sendo reconhecido como um dos responsáveis por “abrir espaço para a consolidação de um campo de estudos dentro das Ciências Sociais em formação em São Paulo.” (FANTIN, 2017, p. 72). A produção de Saito interligou os pesquisadores que viriam a surgir, instigando-os de forma direta ou indireta: “[...] podemos perceber como as linhas de pesquisa se conectam formando aquilo que estamos definindo como primeira fase.” (UENO; LUIZ, 2021, p. 10).

#### **4.2 A segunda geração no âmbito historiográfico: a negociação da identidade *nikkei***

Na segunda geração, pode-se afirmar que Jeffrey Lesser<sup>14</sup>, historiador e pesquisador brasileiro<sup>15</sup> estado-unidense, ‘inaugura’ esta fase bibliográfica,

---

<sup>14</sup> Jeffrey Lesser formou-se na Brown University, nos Estados Unidos, e despertou o interesse nos estudos brasileiros a partir do envolvimento com o Departamento de Estudos Afro-Diaspóricos e com os professores brasileiro Anani Dzidzienyo e Warren Dean, que viriam a ser seus orientadores (UENO; LUIZ, 2021). Os autores ainda apontam que o primeiro contato de Lesser com os estudos japoneses no Brasil abordavam “as fontes sobre os movimentos ultranacionalistas, como a *Shindô Renmei*” (LESSER; ANDRÉ, 2021 apud UENO; LUIZ, 2021, p. 13). As pesquisas e estudos de Lesser resultaram em obras como: ‘A negociação da Identidade Nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil’ (2001), ‘Uma diáspora descontente’ (2008) e ‘A invenção da brasilidade’ (2015), lançado pela Editora Unesp.

enfatizando que houve a diminuição do “questionamento sobre a inserção dos imigrantes em termos de aculturação à sociedade e começou a se pensar na construção de identidade dos *nikkeis* por intermédio da negociação e da identidade situacional.” (UENO; LUIZ, 2021, p. 12).

Segundo Ueno e Luiz (2021), a segunda fase fora pautada pelas pesquisas e conceitos propostos por Lesser: o brasilianista elaborou a ‘teoria da negociação da identidade’ que, de acordo com o próprio pesquisador, possuía origem através da observação de fenômenos, como uma “tentativa de entender as vidas das pessoas reais e explicar o que aquelas vidas dizem.” (LESSER; ANDRÉ, 2021, p. 38 apud UENO; LEÃO, 2021, p. 13).

[A teoria da negociação da identidade] concentra-se na análise do processo ativo da construção identitária nipobrasileira, **compreendendo que os *nikkeis* não foram apenas vítimas do discurso e das práticas antinipônicas, mas que resistiram às violências e negociaram, mesmo que desigualmente, a sua identidade na sociedade** (KAWAHAMA, 2019 apud UENO; LUIZ, 2021, p. 12, grifo nosso).

Para Pires, o brasilianista também fora inovador ao se atentar à percepção, ou termo que os brasileiros utilizavam para identificar os nipo-brasileiros: “[...] os brasileiros tradicionalmente [enxergam] os membros da comunidade nipônica brasileira não como nipo-brasileiros (forma comum de identificação, por exemplo, nos EUA), mas como ‘japoneses’.” (PIRES, 2017, p. 6). Desse modo, havia um entendimento equivocado por parte da sociedade brasileira, pois considerava os nipo-brasileiros como iguais àqueles que nasciam e se socializavam no Japão (PIRES, 2017).

Lesser demonstra como a imagem que se consolidou sobre a comunidade japonesa brasileira dependeu, em grande parte, daquela que foi construída sobre o Japão e os japoneses a qual, a partir do momento em que se tornou positiva (nos anos 1960 e 1970 em decorrência do chamado ‘Milagre japonês’<sup>16</sup>), foi aplicada, por extensão, aos “nossos japoneses” (e não nipo-brasileiros). (PIRES, 2017, p. 7).

---

<sup>15</sup> Segundo Pires (2017, p. 4), ‘Brasilianista’ é o termo utilizado para os “pesquisadores financiados pelo governo e pelas universidades americanas para estudar a sociedade, cultura, política e economia brasileira.”

<sup>16</sup> O ‘milagre japonês’ ou ‘milagre econômico japonês’ faz referência ao significativo e surpreendente crescimento econômico que o Japão experienciou após a Segunda Guerra Mundial (Vale, 1992).

Os desdobramentos do trabalho de Lesser chegariam nas obras da historiadora Marcia Yumi Takeuchi<sup>17</sup>, essencialmente marcadas pela imigração japonesa e pelo combate aos discursos anti-nipônicos, sendo a obra ‘Entre Gueixas e Samurais: a imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)’ (2009) – aplicada como uma das bases no primeiro capítulo deste trabalho – um bom exemplo. A abordagem utilizada na tese de doutorado de Takeuchi partiu da seleção de artigos em revistas ilustradas e de charges, ambas provenientes do Rio de Janeiro e São Paulo (TAKEUCHI, 2009). De acordo com Maria Luiza Tucci Carneiro<sup>18</sup>, orientadora de Takeuchi:

Do ponto de vista teórico e metodológico, as abordagens apresentadas por Yumi dedicam-se a analisar o processo de construção da imagem do japonês que, desde as primeiras décadas do século 20, foi estigmatizado como ‘indesejável’ e ou pertencente a uma ‘raça inferior’. Daí a expressão que dá título ao seu trabalho de iniciação científica e à sua dissertação de mestrado, O perigo amarelo. Com base em fontes inéditas, Yumi procurou recuperar as matrizes desse pensamento intolerante que, certamente, colaborou para a persistência de políticas discriminatórias por parte do Estado brasileiro, instigando manifestações de violência, física e/ou simbólica (KIYOMURA, 2017).

Os pontos centrais das contribuições de Takeuchi abordavam, enfim, a “[...] resistência e negociação dos *nikkeis* aos discursos proferidos pelas elites brasileiras [...]; as resistências em relação às restrições do governo de Getúlio Vargas; e até as resistências ultranacionalistas, como o surgimento da *Shindô Renmei*.” (UENO; LUIZ, 2021, p. 14). Em meio aos seus diversos estudos, foi a partir da participação no ‘Projeto Integrado: arquivo do Estado e Universidade de São Paulo (PROIN/USP)’ que conheceu Rogério Dezem<sup>19</sup> (UENO; LUIZ, 2021) – outro importante pesquisador da segunda geração.

Cabe destacar que além da amizade formada entre Takeuchi e Dezem, os pesquisadores possuíram a orientação de Carneiro em comum; mais tarde, o

---

<sup>17</sup> Marcia Yumi Takeuchi formou-se em História (1998), realizando Mestrado (2004) e Doutorado em História Social (2009) pela Universidade de São Paulo. Foi coordenadora do módulo Japoneses do Laboratório de Estudos sobre a Memória Política Brasileira da USP (PROIN) e integrou o Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER-USP).

<sup>18</sup> Maria Luiza Tucci Carneiro é “historiadora e professora livre-docente do Departamento de História da USP, coordenou o Projeto Temático Fapesp PROIN/USP (1999-2009) e atualmente coordena o LEER. Trabalhou com os assuntos relacionados ao DEOPS [Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo], holocausto, autoritarismo, antisemitismo e memória” (UENO; LUIZ, 2021, p. 14).

<sup>19</sup> Rogério Akiti Dezem é professor e historiador, Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), e atualmente professor visitante de História e Cultura Brasileira na *Graduate School of Language and Culture* da Universidade de Osaka (Handai).

pesquisador formaria conexões com Sakurai e Lesser, membros em sua banca de qualificação (UENO; LUIZ, 2021).

De modo geral, os trabalhos de Dezem abordaram desde a sociedade *Shindô Renmei* – tema de sua primeira pesquisa na graduação, resultando no livro '*Shindô Renmei: Terrorismo e repressão*' (2000) – até a questão da origem dos discursos anti-nipônicos, versados em sua dissertação '*Matizes do "Amarelo": A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*' (2005).

Sugerimos que, ao contrário dos outros, Dezem (2000; 2005) se afasta da teoria de negociação, desenvolvendo um constructo teórico próprio, visto que optou por trabalhar com a análise do discurso, a construção do imaginário social e com os conceitos de alteridade, identidade e diferença (UENO; LUIZ, 2021, p. 15).

Embora este trabalho não tenha utilizado diretamente das produções de Priscila Martins Fernandes<sup>20</sup> e Richard Gonçalves André<sup>21</sup>, é necessário mencionar a relevância de suas pesquisas nos estudos de imigração japonesa. Ueno e Luiz (2021) salientam a pesquisa de Fernandes: '*Identities e memória de imigrantes japoneses e descendentes em Londrina: 1930-1970*', cujo enfoque é a "[...] construção de identidade e memória dos *nikkeis* por meio da ascensão social – pensada como uma estratégia – os conflitos, as negociações e a crise de identidade." (UENO; LUIZ, 2021, p. 15).

No caso de André, a aplicação da 'teoria da negociação da identidade' em seus trabalhos fora direcionada às formas de religião e religiosidades dos *nikkeis*:

A religiosidade *nikkei* desenvolveu-se justamente no interior desse contexto anti-nipônico. As companhias de emigração e o próprio governo japonês, cientes da rejeição aos japoneses existente em território brasileiro, recomendavam que os imigrantes não construíssem templos, santuários ou praticassem proselitismo religioso, com o intuito de não criar conflitos com os brasileiros (ANDRÉ, 2011, p. 206).

Em síntese, a segunda geração pode ser compreendida, de maneira simplificada, como uma fase caracterizada pela:

---

<sup>20</sup> Priscila Martins Fernandes é Mestra em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) com a dissertação denominada '*Identities e memória de imigrantes japoneses e descendentes em Londrina: 1930-1970*', de 2010.

<sup>21</sup> Richard Gonçalves André é Doutor pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP-Assis), em 2011, com a tese intitulada '*Religião e Silêncio: Representações e práticas mortuárias entre *nikkeis* em Assaí por meio de túmulos*' (1932-1950).

[...] teoria da negociação, a construção e crise de identidade, pela ampliação dos lugares sociais e pelo início de uma dispersão dos pesquisadores devido ao surgimento de novos programas de pós-graduação. **Nessa fase foram característicos: novas abordagens teóricas, objetos e metodologias, como a constituição de fontes pelos próprios pesquisadores: entrevistas orais e fotografias. Isso é devido a maior participação de historiadores nas pesquisas, sendo perceptível a dominância deles nessa fase** (UENO; LUIZ, 2021, p. 16, grifo nosso).

Ao partir da proposta de negociação de identidade, Lesser molda a segunda geração e amplia a produção de pesquisas em mais vertentes, nos mais diversos tipos de fontes. Portanto, “nesse período surge uma visão mais crítica em relação à primeira fase e a teoria da assimilação, aculturação e integração, todavia, basearam-se nas autoridades dessa primeira fase.” (UENO; LUIZ, 2021, p. 16).

#### **4.3 A terceira geração no âmbito historiográfico: ‘japonesidades’ e novas perspectivas**

A proposta de uma terceira geração ou terceira fase por Ueno e Luiz (2021) é colocada como uma possibilidade ou tentativa, pois ainda não há uma delimitação ao certo, assim como também não há um autor ou autora substancial para nortear essa etapa.

Observa-se também uma clara expansão do tema dos estudos japoneses pelas diversas áreas de estudo, englobando além de antropólogos, sociólogos e historiadores – que abrangentemente marcaram as primeiras gerações – uma maior participação de jornalistas, psicólogos, geógrafos e pesquisadores da área de letras (UENO; LUIZ, 2021).

Embora seja uma geração em construção, existem pesquisas e obras que já representam essa nova e recente perspectiva dos estudos nipônicos. O primeiro exemplo desta fase é representado pelas contribuições produzidas pelo Núcleo de Estudos Japoneses – com coordenação de Victor Hugo Kebbe<sup>22</sup> – e tido como um subgrupo do Laboratório de Estudos Migratórios (LEM/UFSCar) – criado por Igor José de Renó Machado<sup>23</sup> (UENO; LUIZ, 2021).

---

<sup>22</sup> Victor Hugo Martins Kebbe da Silva é doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos. Os autores destacam seu artigo: ‘O centenário da Imigração Japonesa na mídia “étnica.” Evidência da japonesidade’ (2011).

<sup>23</sup> Igor José de Renó Machado é professor da Universidade Federal de São Carlos e coordenador do Laboratório de Estudos Migratórios (LEM/UFSCar); doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2003).



O núcleo se propõe a analisar o processo de inserção dos *nikkeis* por intermédio de outros caminhos teóricos e de objetos pouco estudados. **Desse modo, propõe pensar as análises por meio do conceito de japonesidade, entendido como as condições dos sujeitos de serem japoneses “a sua maneira.” Em outras palavras, eles vivem uma japonesidade construída na oscilação e transmutação, que ao mesmo tempo é completa, desviando-se, dessa forma, das percepções que defendem a “falta de um lugar”, a incerteza e a incompletude. [...]** Portanto, as japonesidades enfatizam as formas singulares de expressar a experiência japonesa no Brasil, ressaltando a subjetividade de cada indivíduo e demonstrando que todos são “japoneses”, “*nikkeis*”, “nipo-brasileiros”, entretanto, cada um à sua maneira, rompendo assim com as teorias que os unificam e homogeneizam em um único grupo (UENO; LUIZ, 2021, p. 17, grifo nosso).

Segundo os autores, a obra que parte da vertente do grupo de pesquisa mencionado anteriormente é ‘Japonesidades Multiplicadas: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil’ (2011), que “reúne seis artigos de pesquisadores que investigam diversos aspectos da imigração japonesa e que atravessam o conceito de japonesidade.” (UENO; LUIZ, 2021, p. 18). Ademais, acentua-se o diferencial no pensamento de Kebbe (2011) ao divergir da ‘teoria da negociação’, acreditando ser um caso de “diálogo e articulação de símbolos (UENO; LUIZ, 2021, p. 18) e não necessariamente uma negociação desigual, como proposto por Lesser.

Por último, como pioneiras na área do feminismo asiático-brasileiro, Caroline Ricca Lee<sup>24</sup>, July Manghirmalani<sup>25</sup> e Laís Miwa Higa<sup>26</sup> apresentam sua contribuição por meio do artigo intitulado ‘Narrativas asiáticas brasileiras: identidades, raça e gênero’ (2019). Conforme Ueno e Luiz indicam, as autoras dão visibilidade às mulheres asiáticas que são “reprimidas duplamente pelo patriarcado e pelo racismo.” (2021, p. 19), ao mesmo tempo em que buscam depreender tais preconceitos

---

<sup>24</sup> Caroline Ricca Lee é artista interdisciplinar, comunicadora e ativista. Fundadora da Plataforma Lótus, organização feminista interseccional asiática-brasileira, que desde 2016 promove a inclusão de pautas como o direito à identidade, memória e ancestralidade, o direito à cidadania para migrantes, imigrantes e refugiados, solidariedade antirracista e a luta anti-LGBTfobia. Também foi coautora do capítulo “Feminismo Interseccional Asiático”, no livro *Explosão feminista: Arte, cultura, política e universidade*, de Heloisa Buarque de Hollanda, lançado em 2018 pela Companhia das Letras.

<sup>25</sup> July Manghirmalani é graduada em Audiovisual (Senac), trabalha como cineasta, nas áreas de direção, produção e arte. É mestre em Imagem e Som (Ufscar), suas pesquisas possuem temáticas de gênero, sexualidade e os cinemas indianos. July é coadministradora da Plataforma Lótus — Feminismo Asiático Interseccional.

<sup>26</sup> Laís Miwa Higa é bacharel em Ciências Sociais pela UNIFESP. Mestra em Antropologia Social com pesquisa sobre a comunidade okinawana-brasileira pela USP. Doutoranda em Antropologia Social com pesquisa sobre a militância asiática-brasileira na USP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Marcadores Sociais da Diferença (Numas) e do Núcleo de Etnohistória, ambos da USP.

enraizados pela falta de “compreensão da pluralidade do território asiático” (LEE; MANGHIRMALANI; HIGA, 2019, p. 126).

Este trabalho diferencia-se da segunda fase, primeiro por seu caráter mais militante e, segundo, pela ênfase na pluralidade de etnias asiáticas no Brasil, entendendo a homogeneização como resultado do colonialismo e que, ao “simplificar e objetificar corpos, identidades e culturas diversas” causaria uma perda de memória e da individualidade (LEE; MANGHIRMALANI; HIGA, 2019; UENO; LUIZ, 2021, p. 19).

Deste modo, conclui-se que o saldo da análise do campo historiográfico da imigração japonesa, delineados por Ueno e Luiz (2021), demonstra como as gerações estão diretamente ou indiretamente interligadas: partem da discussão e elaboração de conceitos, da concordância ou refuta que conseqüentemente estimulam o campo acadêmico e ampliam as possibilidades de pesquisa acerca da imigração japonesa e seus desdobramentos no Brasil. As contribuições das produções acadêmicas são, enfim, sucedidas por novos panoramas e espaços empenhados em estimular os estudos japoneses, como aponta o seguinte excerto:

**Sugerimos que essa fase está “engatinhando” e desenvolvendo-se, todavia, encontra algumas dificuldades: dispersão dos lugares sociais e de pesquisadores; a inexistência de um campo acadêmico que possibilite a ampliação e apoio de pesquisas relacionadas ao Oriente. Para além da proposição de novos conceitos e visando superar a dispersão de pesquisadores, notamos tentativas de construir espaços institucionais que abriguem pesquisas correlacionadas com os estudos da imigração japonesa.** É o caso dos grupos de pesquisa em diferentes instituições que buscam ganhar visibilidade por meio de ferramentas digitais, particularmente os perfis em redes sociais, e fomentar a pesquisa no Brasil. Nesse sentido, podemos citar o mencionado Núcleo de Estudos Japoneses, além do Laboratório de Pesquisa sobre Culturas Orientais da Universidade Estadual de Londrina (LAPECO/UEL), o Centro de Estudos Asiáticos da Universidade Federal Fluminense (CEA/UFF) ou o Projeto Orientalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre outros (UENO; LUIZ, 2021, p. 19, grifo nosso).

O passar do tempo neste campo, assim como em qualquer outra área de pesquisa, implica no constante resgate aos conceitos e obras essenciais de pesquisadores como Saito, Sakurai, Takeuchi e Dezem – assim como Francisca Vieira e Fábio Ocada, presentes nos argumentos do primeiro capítulo – sendo assim, célebres referências no tema da Imigração Japonesa no Brasil.

A respeito da ideia da história “oficial” sobre a imigração japonesa no Brasil, criticada por Sakurai (2000), verifica-se que a autora apontava para a presença de

seletividade, ou seja, escolhia-se o que seria retratado de modo a provocar determinado sentimento ou construir determinada imagem sobre o imigrante japonês. Hoje, principalmente no olhar do senso comum, compreende-se que a imagem daquele imigrante diligente apenas adequou-se aos contextos atuais, como uma herança que recai aos seus descendentes: os nipo-brasileiros.

Se pensada a possibilidade da construção de uma história mais justa ou fiel, é necessário considerar a abundância das pesquisas e das obras acerca da imigração japonesa, e deste modo, seria quase impossível traçar uma única narrativa ‘oficial’ da trajetória japonesa no Brasil. De fato, constata-se uma preferência pela perspectiva que exalta os impactos positivos dos japoneses e homogeneiza-os como agricultores unidos e dedicados ao trabalho, o que acaba deixando de lado episódios dramáticos e complicados – os quais também não devem ser recontados como “sacrifícios”, de forma idealizada.

Desse modo, não é possível conceber a história desses imigrantes apenas pela ótica positiva e seletiva, haja vista que a realidade implica em nuances mais complexas, advinda de diversos olhares. A junção desses horizontes é a mais provável e justa oportunidade de reconstituir a memória e a história dos japoneses no Brasil.

#### **4.4 A reprodução idealizada da imigração japonesa no Brasil: algumas observações**

Retomando à inquietação de Sakurai (2000) no início do capítulo, observa-se, de modo geral, que as obras sobre a imigração japonesa se atentaram à maneira em que construíram as narrativas do ‘japonês no Brasil’, especialmente as que vieram depois de observações similares a de Sakurai. No entanto, não há como apagar o tom épico que diversas produções – acadêmicas e autobiográficas – trouxeram em um primeiro momento. Também não há como impedir a continuidade desse discurso no senso comum e nas famílias nipo-brasileiras, por exemplo, onde essa narrativa ainda é bastante difundida.

Ao analisar as narrativas de autobiografias escrita por imigrantes na década de 1980, Ueno (2020, p. 14-15) salienta a presença de “visões idealizadas sobre o Japão, o cotidiano do imigrante japonês, a harmonia entre o contato de culturas diferentes, reelaborando a ideia de democracia racial, e a amizade entre o Brasil e o

Japão.” Ademais, destaca que o intuito dessas autobiografias era um registro a ser repassado a seus descendentes, como uma “espécie de lição de moral, em outras palavras, queriam transmitir para as gerações futuras o testemunho de ‘trabalhos e sacrifícios’ vividos pela primeira geração” (UENO, 2020, p. 15).

Para Aline Yuri Hasegawa (2013), que reafirma o pensamento de Sakurai (2000), a recorrência positiva da imagem do japonês ao longo da história da imigração resulta em consequências negativas aos descendentes:

Acredito que a epopeia japonesa, no contexto atual, mais atravança do que articula os imigrantes, pois desconsidera os inúmeros descendentes desses cujos destinos não se contemplam nesta narrativa e continuam hoje na luta diária da “ascensão social.” Há aqueles que retornaram ao Japão, dessa vez como *dekasseguis*, que carregam em suas subjetividades a marca dolorosa de retornar sem “vencer na vida”, contrariando o plano de seus ancestrais e trazendo feridas em seu orgulho. Também os sitiantes envelhecidos, quase impossibilitados de se manterem vinculados às suas terras e suas memórias, em decorrência das mudanças nos modos de vidas de seus filhos. A todo esse lado anti-heroico da história da imigração, dura cicatriz, é necessário encará-lo, para que ele deixe de ser um fantasma nesta narrativa (HASEGAWA, 2013, p. 143).

Por fim, Hasegawa (2013, p. 141) aponta que apesar da pluralidade de obras e pesquisas acerca da imigração japonesa no Brasil, “é difícil ao leitor contemporâneo construir uma imagem, a partir de sua própria realidade e contexto social, do que seriam essas dificuldades, já que a separação espacial e temporal implicam em mudanças radicais nos modos de vida.” A autora ainda inclui que os descendentes não são exceção, pois muitos possuem uma “imagem imprecisa, embaçada, de como essas dificuldades se expressaram no cotidiano de seus antepassados” (HASEGAWA, 2013, p. 141).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imigração japonesa ao Brasil advém do contexto político, histórico, econômico e social do final do século XIX e do início do século XX, onde país de origem e país de destino encontram a imigração como forma de solucionar suas questões internas e externas. De um lado, havia o Japão pautado pela Restauração Meiji: a busca pela modernização e desejo de rápida inserção na economia mundial capitalista; e do outro, um Brasil oligárquico, baseado na maior produção de café do mundo.

Constata-se que a vinda do “outro”, sua chegada e presença, causaram diversos tipos de reações na sociedade brasileira: estranhamento, desconfiança, críticas e, eventualmente, elogios – quando convenientes. Como maior figura neste trabalho, o imigrante japonês encontra apenas uma única alternativa a fim de enfrentar os obstáculos e desilusões do que lhe fora prometido: a dedicação ao trabalho.

Ao longo do tempo e espaço, os imigrantes começam a se adaptar, formam colônias, adquirem mais terras, constituem famílias. É importante ressaltar que por trás da “evolução” dos imigrantes no Brasil, há o contínuo envolvimento e financiamento do governo japonês. A presença de seus nacionais no Brasil era uma forma de investimento e exploração dos mercados brasileiros.

Embora o senso comum associe constantemente o imigrante japonês à imagem de excelente agricultor, é fato que, mesmo sem a “paixão pelo campo”, observa-se o modo em que os japoneses agregaram à produção e cultura paulistas, principalmente no que diz respeito à sua diversificação. Esse fator foi fundamental, pois por determinado período, justificava a presença japonesa no Brasil e conseqüentemente, servia de argumento contra os discursos anti-nipônicos.

A ascensão de Vargas à presidência, em 1930, coincidia com o início da ascensão social e econômica dos imigrantes japoneses. Verifica-se que a policultura, norteadas pelos japoneses através da cotonicultura, surgia como uma forma de recuperação da economia paulista, recentemente afetada pela crise de 1929.

Por outro lado, ainda no Governo Provisório, os ideais nacionalistas e de caráter xenofóbico incitavam debates que pautariam o ‘perigo amarelo’ ou ‘perigo japonês’. A partir deste ponto, é possível afirmar que o ambiente brasileiro se tornara

hostil aos imigrantes, e ainda mais grave com a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Compreende-se que no interior do estado de São Paulo, através dos relatos e memórias dos imigrantes japoneses, os tempos de guerra significaram tempos de opressão e violência do Estado: medidas de restrição, proibição de escolas e associações japonesas, e a proibição de compra e venda de terras. Aproveitando-se da situação de vulnerabilidade dos imigrantes, a ação da polícia e o interesse de grandes latifundiários foram responsáveis por ameaçar e expulsar imigrantes de suas próprias terras.

No ambiente pós-guerra e de derrota japonesa, o tempo foi capaz de “normalizar” a vida dos imigrantes no Brasil. O corte das relações diplomáticas entre os países implicou na quebra da tutela ou auxílio do governo japonês nos campos, fazendo com que os imigrantes buscassem oportunidades de sustento nas crescentes cidades, como São Paulo. Através de pequenos comércios e variadas atividades, estabeleceram-se nos centros urbanos e assim puderam investir na educação de seus filhos: uma aposta no ensino superior como determinante da ascensão social das próximas gerações. Eventualmente, os nipo-brasileiros já faziam parte do Brasil.

Deste modo, entende-se que a vida dos japoneses no Brasil não fora de trajetória fácil. Dada sua complexa história, o tema é amplamente pesquisado, considerado um fenômeno, haja vista seus desdobramentos no país receptor. A proposta de análise da imigração japonesa no Brasil pelo olhar da historiografia parte da ideia de aprofundar o conhecimento sobre o assunto e de enxergá-lo sob outros olhares.

Nesse campo historiográfico, notam-se as narrativas e tópicos abordados por autores ilustres, os espaços e tempos em que se deram e a conexão entre suas contribuições para os estudos japoneses no Brasil. A divisão por gerações ou fases da historiografia da imigração japonesa no Brasil apresenta-se como uma boa alternativa para a compreensão dos primeiros estudos, dos atuais e dos futuros.

Analisar o modo em que a história dos japoneses no Brasil é retratada faz com que entendamos a impossibilidade de conceber a história desses imigrantes apenas pela ótica positiva e seletiva, haja vista que a realidade implica em nuances mais complexas, advinda de diversos olhares. Dessa forma, a junção desses

horizontes é a mais provável e justa oportunidade de reconstituir a memória e a história dos japoneses no Brasil.

Por fim, as últimas observações acerca de uma idealização da história da imigração japonesa demonstram que a condução própria de uma narrativa, como a autobiográfica, pode trazer impactos negativos aos descendentes japoneses, mesmo se escrita com boas intenções. Há, ainda, uma certa dificuldade em despertar no leitor o entendimento dos problemas ou a construção de uma imagem e vida “realistas” dos imigrantes da época, dada a intensidade em que o tempo e o espaço transformaram nosso modo de viver.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COTRIM, Aline de Sá; MAIO, Marcos Chor. O nascimento de uma produção sociológica: os estudos de Hiroshi Saito sobre a imigração japonesa no Brasil (1947-1953). **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 201-227.

COTRIM, Aline Sá. **Imigração e assimilação nos estudos sociológicos de Hiroshi Saito** (1947-1964). 2016. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) - Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2016.

DEZEM, Rogério Akiti. **Currículo Lattes**. 06 fev. 2023. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8188299495120772>. Acesso em: 20 fev. 2023.

DEZEM, Rogério. Um exemplo singular de política emigratória: subsídios para compreender o processo de formação dos núcleos Ijûchi de colonização japonesa no estado de São Paulo (1910-1930). In: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Mônica Setuyo (Org.). **Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DIAS, Nilta. Envelhecimento populacional: avós brasileiros no Japão. In: FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão (Org.). **30 anos de brasileiros no Japão**. Brasília: FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão, 2022.

FANTIN, Jader Tadeu. Breves considerações sobre Hiroshi Saito e as diferenças institucionais entre a Escola de Sociologia e Política e a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras no período de estruturação das Ciências Sociais em São Paulo. **Áskesis**, v. 6, n. 2, p. 65-80, 2017.

FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. **Ruth Cardoso**. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/ruth-e-fhc/ruth-cardoso>. Acesso em: 20 fev. 2023.

GOTO, Gabriel Yukio. **Imigração poética: O haikai nipo-brasileiro**. 2020. Disponível em: <https://yuuggoto.medium.com/imigra%C3%A7%C3%A3o-po%C3%A9tica-o-haikai-nipo-brasileiro-13b2d2077f50>. Acesso em: 10 abr. 2021.

HASEGAWA, Aline Yuri. **De escuro a escuro: terra, trabalho e memória Nikkei no município de Lucélia-SP**. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

HOFBAUER, Andreas. **Roquette-Pinto: uma vida dedicada ao progresso da nação**, jul. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862009000200014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/PQyndC7cknSnVnxgngmybLj/?lang=pt#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20autor,condena%C3%A7%C3%B5es%20implicadas%20no%20determinismo%20biol%C3%B3gico>. Acesso em: 20 fev. 2023.

HOSOKAWA, Shuhei. A importância histórico-cultural dos imigrantes nikkeis no Brasil. **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 28, p. 11-24, 2008.



JACTO. Site da empresa Jacto. **Shunji Nishimura**. Disponível em: <https://jacto.com/brasil/company/shunji-nishimura>. Acesso em: 20 fev. 2023.

JUSTO, José Sterza. A chegada dos imigrantes japoneses e a partida dos decasségus: dois lados da mesma viagem. In: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Mônica Setuyo (Org.). **Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

KIYOMURA, Leila. Livro conta a história dos japoneses no Brasil. **Jornal da USP**, 02 jan. 2017. Cultura. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=61931>. Acesso em: 02 dez. 2022.

KODAMA, Kaori; SAKURAI, Célia. Episódios da imigração: um balanço de 100 anos. *In*: IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro, 2008. 210 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv38935.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

LEE, Carolina Ricca; MANGHIRMALANI, July; Higa, Laís Miwa. NARRATIVAS ASIÁTICAS BRASILEIRAS: identidade, raça e gênero. In: LIMA, Emanuel Fonseca; SANTOS, Fernanda Fernandes dos; NAKASHIMA, Henry Albert Yukio; TEDESHI, Losandro Antonio. **Ensaio sobre racismos**. Pensamento de fronteira. São Paulo: Balão Editorial, 2019.

MAGALDI, Tiago. Sociedade Brasileira de Sociologia: **Donald Pierson**. Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/project/donald-pierson/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (FAFI)**. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/faculdade-de-filosofia-ciencias-e-letras-de-marilia-fafi/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

OCADA, Fábio Kazuo. **A tecelagem da vida com fios partidos**: as motivações invisíveis da emigração de kassegi ao Japão em quatro estações. 2006. 270 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/106394>.

OCADA, Fábio Kazuo. Recordações de um fragmento da História da Imigração Japonesa no Brasil. **RURIS**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 75-106, mar., 2012.

PAIVA, Odair da Cruz. Territórios da Migração na Cidade de São Paulo: Afirmação, Negação e Ocultamentos. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana. (Org.). **Migrações: Implicações Passadas, Presentes e Futuras**. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, v. 1, p. 167-186.

PIRES, Ricardo Sorgon. Uma epopeia moderna? Alguns apontamentos sobre a historiografia da imigração japonesa no Brasil. **VIII Congresso Internacional de História**, 2017, Maringá - PR. Anais do VIII Congresso Internacional de História. Maringá: Editora da UEM, 2017.

QUEM SOMOS NÓS? A História do Mundo Contada Pelo Oriente: Japão, por Célia Sakurai. YouTube, 18 fev. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ximdT0EHfU>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SAKURAI, Célia. Imigração Japonesa para o Brasil: Um Exemplo de Imigração Tutelada (1908-1941) In: FAUSTO, Boris. **Fazer a América**: a imigração em massa para a América Latina. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SAKURAI, Célia. **Imigração Tutelada**: os japoneses no Brasil. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2000.

SAMPAIO-SILVA, Orlando. Herbert Baldus: vida e obra — Introdução ao indigenismo de um americanista teuto-brasileiro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 2:91-114, 1992.

SCHPUN, Mônica Raisa. Imigração japonesa no Brasil: riquezas de uma presença secular. In: IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resistência & integração**: 100 anos de imigração japonesa no Brasil. Rio de Janeiro, 2008. 210 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv38935.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

SEYFERTH, Giralda. Francisca Isabel Schurig Vieira Keller (1935-1981). In: **Revista de Antropologia**, n. 25, p. 199-200, 1982. Disponível em: <https://ppgas.museunacional.ufrj.br/sobre.html>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SILVA, Zélia Lopes da. Imigração e cidadania: os impasses e disputas nos caminhos da brasilidade. In: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Mônica Setuyo (Org.). **Cem anos da imigração japonesa**: história, memória e arte. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SIRACUSA, Mariana. Sociedade Brasileira de Sociologia: **Emilio Willems**. Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/project/emilio-willem/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. A diplomacia brasileira diante da imigração japonesa (1897-1942). **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 28, p. 99-112, 2008.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Currículo Lattes**. 29 abr. 2010. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2136579365130397>. Acesso em: 20 fev. 2023.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Entre gueixas e samurais**: a imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945). Tese (Doutorado) - Curso de História Social, História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

UENO, Luana Martina Magalhães. A narrativa sobre a imigração japonesa em autobiografias (1980-1988). **Hon No Mushi - Estudos Multidisciplinares**

**Japoneses**, v. 5 n. 9 (2020), p. 13-34, mar., 2020. Disponível em:  
<https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/HonNoMushi/article/view/8284>.

UENO, Luana Martina Magalhães; LUIZ, Leonardo Henrique. O campo historiográfico da imigração japonesa: alguns delineamentos. **Revista de História da UEG**, v.10, n.02, p. e022120, 29 nov. 2021.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos. Japão milagre econômico e sacrifício social. **Revista de administração de empresas**, v. 32, p. 44-57. São Paulo, 1992.